

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

CICLO BÁSICO

DEPARTAMENTO DE DIREITO DO TRABALHO E DE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO E INSTITUIÇÕES DE DIREITO

CÓDIGO: DIT 101

CARGA HORÁRIA: 45 horas/aula

CRÉDITOS: 2

P R O G R A M A

1 - NOÇÃO DO DIREITO

- a) Normas de comportamento social: Direito e Sociedade; o direito e as normas de conduta; direito e moral; o direito e os convencionalismos so-ciais; caracteres da norma jurídica;
- b) Principais Acepções do termo "Direito": Direito objetivo e direito subjetivo; direito positivo e direito vigente; direito positivo e direito natural; a evolução histórica do conceito de direito natural;
- c) As Fontes de Ordenamento Jurídico: A noção da fonte do direito, classificação das fontes; a legislação; o movimento da codificação; a hierarquia das fontes legislativas; o processo legislativo e suas fases; o costume como fonte do direito; os elementos constitutivos do costume; o costume e o direito legislado; a jurisprudência como fonte do direito; a importância da jurisprudência no sistema continental e no sistema do "Common Law"; a doutrina como fonte do direito; o valor da doutrina na criação, na sistematização e na aplicação do direito.

2 - RAMOS DO DIREITO POSITIVO

- a) A Divisão do Direito Positivo: Direito Público e Direito Privado; a origem da dicotomia; critérios de distinção entre o direito público e o direito privado;
- b) Disciplinas Jurídicas Especiais:
 - 1) Direito Constitucional: matéria e definição;
 - 2) Direito Administrativo: Conceito; matéria e definição;
 - 3) Direito Financeiro: Conceito; matéria e definição;
 - 4) Direito Penal: Conceito; matéria e definição;
 - 5) Direito Processual (Civil e Penal): Conceito; matéria e definição;
 - 6) Direito Internacional Público: Conceito; matéria e definição;

- 7) Direito Internacional Privado: Conceito; matéria e definição;
- 8) Direito do Trabalho: Conceito; matéria e definição;
- 9) Direito Civil: Conceito; matéria e definição;
- 10) Direito Comercial: Conceito; matéria e definição;

c) As Disciplinas Jurídicas Auxiliares:

- 1) Sociologia Jurídica;
- 2) História do direito;
- 3) Direito comparado.

3 - CONCEITOS JURÍDICOS FUNDAMENTAIS

- a) A Estrutura da Norma Jurídica: Pressupostos jurídicos e consequências de direito; a relação jurídica; o dever jurídico;
- b) O Direito Subjetivo: Conceito; natureza do direito subjetivo (teorias);
- c) Classificação dos Direitos Subjetivos: Direitos subjetivos públicos e privados; direitos absolutos e direitos relativos; direitos reais e direitos pessoais; direito de ação; direito de liberdade; direitos políticos; direito de petição;
- d) Conceito Jurídico de Pessoa: Pessoa natural e pessoa jurídica; a personalidade jurídica dos entes coletivos (teorias);
- e) Sanção e Coação: A sanção como consequência jurídica; distinção entre sanção e coação.

4 - NOÇÕES DA TÉCNICA JURÍDICA

- a) Conflito das Leis no Tempo: A obrigatoriedade das leis; vigência; revogação; a teoria da irretroatividade das leis;
- b) A Aplicação do Direito: Lacunas na lei; procedimentos de integração (a analogia e os princípios gerais do direito).

NOTA: Além dos temas do programa, serão debatidos em seminários e grupos de discussão, temas relacionados a escolas e doutrinas do mundo jurídico, como:

- 1 - O jusnaturalismo
- 2 - A escola histórica do direito
- 3 - A escola da exegese
- 4 - O positivismo jurídico
- 5 - O normativismo
- 6 - A axiologia jurídica.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

CICLO BÁSICO

DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

DISCIPLINA: LÓGICA DO PENSAMENTO CIENTÍFICO

CÓDIGO: FIL 156

CARGA HORÁRIA: 60 horas/aula

CRÉDITOS: 4

P R O G R A M A

1 - CONHECIMENTO E SOCIEDADE: A VINCULAÇÃO SOCIAL DAS IDÉIAS.

1. A Compreensão

1.1 Os saberes e a vida social

1.2 Os condicionamentos histórico-sociais dos conhecimentos

1.3 A relação conhecimento-interesse.

1. A especificidade das Ciências Sociais

2.1 Elementos constitutivos das ciências

2.2 Os processos histórico-sociais e as ciências

2.3 O campo das Ciências Sociais: pressupostos teóricos, peculiaridades

3. Ciência e Sociedade: a inserção social da Ciência

3.1 Ciência e poder

3.2 A prática científica

3.3 Ciência, Tecnologia e Sociedade.

* * * *

*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

CICLO BÁSICO

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

DISCIPLINA: SOCIOLOGIA I

CÓDIGO: SOA 101

CARGA HORÁRIA: 60 horas/aula

CRÉDITOS: 4

P R O G R A M A

1 - INTRODUÇÃO AO ESTUDO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

O curso é iniciado com um trabalho de campo, descritivo, no qual procurar-se-á captar as características de alguns (cinco) bairros considerados representativos de Belo Horizonte e de sua população.

O segundo item é constituído pelo confronto entre os dados coletados no trabalho de campo e dados relativos ao conjunto do País.

Não se oferece bibliografia nesta fase. Ao contrário, a ênfase é dada à explicação elaborada pelo estudante, sem consulta a livros, para que a necessidade das explicações, da ciência se coloque mais como uma demanda dele para com a Universidade que uma imposição desta sobre ele.

2 - TEORIA

A segunda unidade do curso é constituída pelo estudo das causas explicativas dos fenômenos constatados no trabalho de campo, das respostas que a Sociologia tem oferecido para esses problemas, agrupados em duas grandes vertentes: a teoria da estratificação social e a das classes sociais.

3 - ALGUNS ASPECTOS DA REALIDADE BRASILEIRA

A terceira e última unidade tem por finalidade introduzir o estudo de alguns problemas da Sociedade Brasileira, levantados com o trabalho de campo e utilizando-se o instrumental teórico da segunda unidade.

O desenvolvimento desta unidade dá-se em duas etapas: a primeira, comum a todos os alunos, refere-se de modo amplo a mudanças estruturais ocorridas nas últimas quatro décadas. A segunda etapa, desenvolvida por grupos de alunos, consta da escolha e aprofundamento do estudo de um tema tal como: Êxodo Rural, Bóia-Fria, Política Trabalhista e Marginalidade (Subemprego, desemprego...).

Este tema constitui o trabalho de conclusão do curso sendo realizado com base em bibliografia específica, a ser oferecida.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

CICLO BÁSICO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS POLÍTICAS

DISCIPLINA: POLÍTICA I

CÓDIGO: CIP 102

CARGA HORÁRIA: 60 horas/aula

CRÉDITOS: 4

P R O G R A M A

1 - INTRODUÇÃO - A QUESTÃO DA POLÍTICA: PODER POLÍTICO E CLASSES SOCIAIS.

2 - FORMAS DE DOMINAÇÃO BURGUESA:

2.1 Liberal Democracia

2.2 Social Democracia

2.3 Fascismo.

3 - O CASO BRASILEIRO:

3.1 A questão da dependência

3.2 O populismo e o Estado Brasileiro pós-64

3.3 O problema político atual.

* * * *

*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

CICLO BÁSICO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

DISCIPLINA: ECONOMIA A-I

CÓDIGO: ECN 101

CARGA HORÁRIA: 60 horas/aula

CRÉDITOS: 3

P R O G R A M A

1 - DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NAS ECONOMIAS CENTRAIS

- a) Valor e Mercadoria;
- b) Tendência à Acumulação;
- c) Capitalismo dos Monopólios;
- d) Capitalismo Tardio.

2 - CONCEITOS BÁSICOS DE ANÁLISE ECONÔMICA

- a) Contas Nacionais;
- b) Balanço de Pagamentos;
- c) Intervenção do Estado na Economia (Política Keynesiana).

3 - DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO BRASIL

- a) Vinculação da América Latina ao Capitalismo Central;
- b) Expansão da Economia Brasileira após-30;
- c) Período Kubitschek e a crise de 64;
- d) Expansão da Economia Brasileira após-64 e o "Milagre" Brasileiro;
- e) Conjuntura.

* * * *

*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO

DISCIPLINA: TEORIA GERAL DO ESTADO I

CÓDIGO: DIP 102

CARGA HORÁRIA: 75 horas/aula

CRÉDITOS: 5

P R O G R A M A

1. Direito Público e Direito Privado. Conceito e Objeto da Teoria Geral do Estado. Sua Posição entre as Ciências.
2. O Problema do Método de Estudo do Estado. Sua Posição Atual. A Teoria dos Tipos.
3. Natureza do Estado. A Teoria Orgânica. A Teoria da Sociologia das Relações. A Teoria Normativa de Kelsen. A Teoria da Integração de Smend.
4. O Território do Estado. Fronteiras Terrestres e Marítimas. O Espaço Aéreo.
5. A População do Estado. O Estado Nacional. Nacionalidade. Refugiados e Apátridas.
6. O Poder Estatal. Evolução Histórica do Poder Estatal. Soberania. A Soberania Externa. O Primado da Ordem Jurídica Estatal. A Personalidade Jurídica do Estado.
7. A Origem do Estado. A Contribuição Moderna das Ciências Sociais. As Doutrinas célebres sobre a Origem do Estado.
8. Evolução Histórica das Formas Políticas. Da Tribo ao Estado Nacional. A Era das Organizações Internacionais.
9. Justificação e Fins do Estado. As Várias Doutrinas Atuais.

* * * *

*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO

DISCIPLINA: TEORIA GERAL DO ESTADO II

CÓDIGO: DIP 103

CARGA HORÁRIA: 75 horas/aula

CRÉDITOS: 5

P R O G R A M A

1. Funções Jurídicas do Estado.
2. A Constituição do Estado Moderno. Evolução do Movimento Constitucional. Os Vários Tipos de Constituição. A Limitação do Estado pelo Direito.
3. Tipos de Estado. Classificações Clássicas e Modernas. Monarquias e Repúblicas.
4. Doutrina Democrática. Conteúdo e Valor Contemporâneo.
5. Democracia Direta e Semi-Direta.
6. Democracia Representativa. O Mandato Político.
7. Eleitorado e Sistemas Eleitorais.
8. Opinião Pública. Grupos de Pressão. Partidos Políticos.
9. O Estado Liberal. A Divisão de Poderes. O Estado de Direito. O Estado Social de Direito.
10. Os Direitos Fundamentais.
11. Os Estados Típicos Contemporâneos: Parlamentaristas, Presidencialistas e de Conselhos.
12. União de Estados. As Formas Históricas e a Situação Contemporânea. Confederações.
13. O Estado Federal.
14. Linhas Gerais da Organização dos Estados Liberais e dos Estados Marxistas. Os Estados Novos do Pós-guerra e seus Problemas.
15. O Estado Nacional e os Desafios Sociais e Econômicos do Fim do Século XX.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO

DISCIPLINA: DIREITO FINANCEIRO I

CÓDIGO: DIP 109

CARGA HORÁRIA: 60 horas/aula

CRÉDITOS: 4

P R O G R A M A

1. A ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO

1.1 Enquadramento jurídico: O Direito Financeiro.

1.1.1 Posição do Direito Financeiro no quadro das Ciências Jurídicas. O Direito Tributário.

1.2 Normas gerais de Direito Financeiro e de Direito Tributário.

1.2.1 Conceito. Função.

1.2.2 Posição no quadro sistemático das normas jurídicas. A lei 4320 e o Código Tributário Nacional.

1.3 Normas jurídicas de disciplinação dos gastos, das rendas, do orçamento e dos empréstimos públicos.

2. O TRIBUTO

2.1 A norma jurídica tributária. Estrutura.

2.1.1 Elementos integrantes da norma jurídica: hipótese, dados espaciais e temporais, base de cálculo, alíquota, sujeitos ativo e passivo.

2.2 A obrigação tributária. Atuação da norma jurídica.

2.2.1 Sujeição ativa e parafiscalidade.

2.2.2 Sujeição passiva. Contribuinte e Responsável.

2.3 Classificação dos tributos.

2.3.1 Imposto.

2.3.2 Taxa.

2.3.3 Contribuições.

3. O CRÉDITO TRIBUTÁRIO

3.1 Constituição. Lançamento. Modalidades.

3.2 Suspensão do crédito.

3.3 Extinção do crédito. Modalidades.

3.3.1 O pagamento. O pagamento indevido.

3.3.2 Compensação e remissão.

3.3.3 Prescrição e decadência.

3.4 Exclusão do crédito tributário.

3.4 Garantias e Privilégios.

* * * *

*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO

DISCIPLINA: DIREITO FINANCEIRO II

CÓDIGO: DIP 110

CARGA HORÁRIA: 60 horas/aula

CRÉDITOS: 4

P R O G R A M A

4. A LEI E A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

4.1 Conceito.

4.1.1 O conjunto das fontes formais do Direito Tributário, principais e secundárias.

4.1.2 A matéria reserva de lei

4.2 Vigência da lei tributária

4.2.1 Princípios gerais relativos à vigência da lei no espaço e no tempo, e princípios de aplicação específica ao Direito Tributário.

4.2.2 A vigência e o princípio da anualidade.

4.3 Aplicação da legislação tributária.

4.3.1 A lei nova e os fatos geradores futuros, pendentes e pretéritos.

4.4 Interpretação e integração da legislação tributária.

4.5 Princípios de interpretação e integração.

5. O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

5.1 Conceito.

5.2 Os princípios gerais do Direito Tributário.

5.2.1 As limitações constitucionais ao poder de tributar.

5.2.1.1 As imunidades fiscais.

5.2.1.2 Os demais princípios informativos.

5.3 Discriminação constitucional de rendas quanto à fonte e à própria renda.

5.3.1 A competência tributária. Modalidades.

5.4 Limites e conflitos de competência no sistema tributário Nacional.

5.5 Análise dos principais tributos.

5.5.1 O IPI.

5.5.2 O IR.

5.5.3 O ICM.

5.5.4 Linhas gerais dos demais impostos constitutivos do sistema fiscal.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO

DISCIPLINA: DIREITO FINANCEIRO III

CÓDIGO: DIP 111

CARGA HORÁRIA: 30 horas/aula

CRÉDITOS: 2

P R O G R A M A

A disciplina Direito Financeiro III, na estrutura curricular da graduação em Direito, visa a propiciar ao estudante a análise de casos para cuja solução se tenha mostrado decisiva a aplicação concreta dos princípios gerais, das diretrizes teóricas, das formulações doutrinárias, objeto de exame ao longo dos programas de Direito Financeiro I e Direito Financeiro II.

2. A principal fonte de coleta dos casos será a jurisprudência, quer a emanada dos órgãos de jurisdição administrativa, quer a originária da função judicante e construtiva do judiciário.

3. Os exercícios consistirão, principalmente, na elaboração de petições iniciais, contestações, embargos, memoriais, pareceres, etc.

4. Dar-se-á preferência, na escolha dos casos, aos que, por sua relevância teórica, ou por suas repercussões práticas, tenham suscitado maior atenção dos advogados, dos juizes, dos tribunais, dos círculos econômicos e empresariais.

5. O programa, por seu conteúdo flexível e conjuntural, não será formal e previamente elaborado, uma vez que a sua composição e seu desdobramento dependerão do maior ou menor grau de interesse que possa oferecer a problemática mais ou menos recente da vida do Direito Financeiro.

6. Não obstante a indispensável flexibilidade referida no item anterior, os casos para análise, no decurso do segundo semestre, serão selecionados preferencialmente dentre os que se relacionarem com os seguintes itens do Direito Financeiro e Tributário:

- a) Limitações constitucionais do poder de tributar;
- b) Limites e conflitos de competência tributária no direito brasileiro;
- c) Limites do poder regulamentar em matéria tributária;
- d) o processo tributário administrativo e a discussão judicial da matéria tributária;

e) Pressupostos da cobrança e mecanismo da incidência dos impostos constitutivos do sistema fiscal brasileiro, especialmente o imposto de circulação de mercadorias, o imposto de renda, o imposto sobre a transmissão da propriedade imobiliária e o imposto sobre serviços de qualquer natureza.

7. O coordenador da execução do programa será o titular da cadeira de Direito Financeiro, com a colaboração dos adjuntos, assistentes, auxiliares de ensino e monitores, sem prejuízo da eventual participação, na discussão e solução dos casos, de especialistas especialmente convidados.

8. As principais referências bibliográficas serão os repertórios de jurisprudência, tais como a Revista Trimestral de Jurisprudência, a Revista dos Tribunais, a Revista Forense, a Revista de Direito Público, a Lemi, etc.

* * * *

*

DISCIPLINA: DIREITO ECONÔMICO I

CÓDIGO: DIP 116

CARGA HORÁRIA: 60 horas/aula

CRÉDITOS: 4

P R O G R A M A

1. CONCEITO DE DIREITO ECONÔMICO - Sujeito; objeto (Trabalhos e debates à base de textos)
2. AUTONOMIA DO DIREITO ECONÔMICO - Conteúdo Econômico do Direito - Direito Econômico e Direito da Economia - Relações do Direito Econômico com os demais ramos do Direito (Trabalho de comparação de conceitos. Trabalho de localização do "conteúdo econômico" em cada ramo do Direito)
3. MÉTODOS EM DIREITO ECONÔMICO - DIVISÕES DO DIREITO ECONÔMICO (Audiovisual com material especialmente preparado para "Métodos". Exercícios sobre a "Divisão do Direito Econômico" com a utilização de textos de lei).
4. INSTITUTOS DE DIREITO ECONÔMICO (Trabalho de conceituação e exemplos, a partir da legislação a respeito dos diversos Institutos).
5. FONTES E FUNDAMENTOS DO DIREITO ECONÔMICO (Explicação e debates)
6. LEIS DE DIREITO ECONÔMICO - TÉCNICA DE LEGISLAR EM DIREITO ECONÔMICO (Estudo de peculiaridades e exercícios de elaboração de textos a partir da análise da legislação vigente).
7. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO ECONÔMICO (Exposições e exercícios analíticos)
8. TEORIAS DO DIREITO ECONÔMICO (Exposições e exercícios de comparação e crítica)
9. ORDEM JURÍDICO-ECONÔMICA - IDEOLOGIA E POLÍTICA ECONÔMICA NA ORDEM JURÍDICA (Exposição. Trabalhos práticos calcados nos textos das Constituições Brasileiras).
10. ORDEM JURÍDICO-ECONÔMICA - REGRAS DE DIREITO ECONÔMICO. (Exposição. Trabalhos práticos de extração das regras de Direito Econômico a partir da Constituição, da legislação ordinária e da jurisprudência).
11. ORDEM JURÍDICO-ECONÔMICA. O PODER ECONÔMICO. PODER ECONÔMICO PÚBLICO E PODER ECONÔMICO PRIVADO. (Exposição. Análise da legislação sobre o uso e o

abuso do poder econômico).

12. O ESTADO E O DIREITO ECONÔMICO - INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO. (Exposição. Estudo da legislação intervencionista e das técnicas de intervenção no direito brasileiro).
13. O ESTADO E O DIREITO ECONÔMICO DO PLANEJAMENTO (Exposição. Estudo da legislação brasileira sobre Planejamento. Estudo dos Planos Nacionais de Desenvolvimento Brasileiro. Exercícios e debates sobre a técnica de legislar sobre Planejamento).
14. A EMPRESA E O DIREITO ECONÔMICO - Conceito de Empresa em Direito Econômico. A empresa e a efetivação da política econômica dirigista no direito brasileiro. (Exposição. Análise de textos de lei). Engajamento jurídico do particular nessa política econômica.
15. REGIME JURÍDICO BRASILEIRO DA CONCENTRAÇÃO ECONÔMICA. (Exposição. Estudo da legislação brasileira sobre proibição, autorização e estímulo à concentração).
16. DIREITO ECONÔMICO DO DESENVOLVIMENTO (Conceituação do desenvolvimento em face do direito. Estudo da legislação brasileira sobre desenvolvimento. Estudo da legislação sobre estímulos ao desenvolvimento e os instrumentos jurídicos adotados).
17. INSTITUTO DA PRODUÇÃO. Estudo da legislação brasileira sobre uso do solo rural, urbano e metropolitano em face da política econômica adotada. Estudo da legislação sobre a política econômica referente a recursos minerais, recursos energéticos, recursos humanos e recursos tecnológicos. Análise dos respectivos Códigos no que se refere a Direito Econômico. Estudo da legislação sobre produtos agrícolas e industriais. Exposição. Pesquisa na legislação. Debates.
18. INSTITUTO DA CIRCULAÇÃO - Estudo da legislação brasileira sobre "circulação" Preços. Sistema monetário e legislação sobre política monetária. Sistema creditício e legislação correspondente. Mercado de Capitais. Legislação sobre capital nacional e estrangeiro. Legislação sobre comércio internacional. Preços. (Exposição. Pesquisas. Debates).
19. INSTITUTO DA REPARTIÇÃO - Estudo da legislação sobre a política econômica da repartição: renda, juros, salários, lucros. Legislação sobre poder aquisitivo, custo de vida e seu controle.
20. INSTITUTO DO CONSUMO - Estudo da legislação brasileira sobre a política econômica de consumo. Estímulos e controle do consumo. Fiscalização de produtos.
21. DIREITO ECONÔMICO E POLÍTICA ECONÔMICA - Visão global e final do Direito Econômico na realização da política econômica. Sua importância e significação na sociedade atual.

DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO

DISCIPLINA: DIREITO ECONÔMICO II

CÓDIGO: DIP 117

CARGA HORÁRIA: 60 horas/aula

CRÉDITOS: 4

P R O G R A M A

1. CONCEITO DE EMPRESA EM DIREITO ECONÔMICO - Empresa em face da política econômica juridicamente regulamentada.
2. CONCEITO DE PEQUENA, MÉDIA E GRANDE EMPRESA NO DIREITO BRASILEIRO. Seu tratamento específico em Direito Econômico.
3. MODALIDADES DE EMPRESAS COMO INSTRUMENTOS DE POLÍTICA ECONÔMICA.
4. EMPRESA E PLANEJAMENTO ECONÔMICO - PARTICIPAÇÃO DA EMPRESA PRIVADA E DA EMPRESA ESTATAL NOS PLANOS E SEU TRATAMENTO NA LEI DO PLANO.
5. DIREITO ECONÔMICO E "ECONOMIA COMBINADA".
6. MODERNAS FORMAS DE CONTRATOS RELACIONADOS COM A ATIVIDADE ECONÔMICA E SUA CONFIGURAÇÃO NO DIREITO ECONÔMICO.
7. DIREITO ECONÔMICO E INSTRUMENTOS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO.
8. REGIME JURÍDICO DA CONCENTRAÇÃO ECONÔMICA.
9. EMPRESAS MULTINACIONAIS E DIREITO ECONÔMICO.
10. CAPITAL NACIONAL E CAPITAL ESTRANGEIRO - LEGISLAÇÃO SOBRE LUCROS E SUA REMESSA. REGIME JURÍDICO DO CAPITAL ESTRANGEIRO E DIREITO ECONÔMICO.

* * * * *

*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO

DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL I

CÓDIGO: DIP 104

CARGA HORÁRIA: 75 horas/aula

CRÉDITOS: 5

P R O G R A M A

1. Organização Nacional. União, Estados, Distrito Federal e Territórios.
2. Bens da União e dos Estados. Poderes da União. Solução dos conflitos internacionais.
3. Repartição de competências.
4. Competência da União. Competência exclusiva, competência de normas gerais, de diretrizes e bases e competência comum.
5. Intervenção federal. Casos, competência e processo de intervenção.
6. Competência dos Estados. Organização. Poderes conferidos. Natureza e conteúdo da autonomia do Estado-membro. Princípios estabelecidos e normas centrais.
7. Controle da autonomia do Estado. Representação de inconstitucionalidade.
8. Competência dos Municípios. Autonomia municipal. Intervenção no Município.
9. Sistema tributário nacional. Distribuição da receita federal. Fundos de Participação. Federalismo cooperativo.
10. Vedações constitucionais. Imunidade e isenção de impostos.
11. Poder Legislativo. Congresso Nacional: reunião, convocação, sessão conjunta e sessões preparatórias. Poderes do Congresso Nacional.
12. Câmara dos Deputados. Organização e competência privativa.
13. Senado Federal. Organização e competência privativa.
14. Processo Legislativo. Matéria. Prazo abreviado e de urgência. Revisão legislativa. Leis delegadas e Decretos-leis.
15. Emenda constitucional. Natureza do poder constituinte de revisão. Proposta, deliberação e promulgação.

16. Imunidades dos membros do Congresso Nacional. Inviolabilidade e processabilidade. Prerrogativas processuais.
17. Impedimentos dos congressistas. Subsídios. Perda de mandato.
18. Regimento Interno e Regimento Comum. Normas regimentais constitucionais e autonormatividade regimental.
19. Orçamento Federal. Princípios orçamentários. Orçamento anual e orçamento plurianual de investimento. Iniciativa e votação das leis orçamentárias.
20. Fiscalização financeira e orçamentária. Organização e competência do Tribunal de Contas da União.
21. Poder Executivo. Presidente e Vice-Presidente da República. Eleição, impedimento e sucessão.
22. Atribuições do Presidente da República. Função de governo. Liderança presidencial.
23. Ministros de Estado. Estatuto Constitucional.
24. Responsabilidade do Presidente da República. Processo e julgamento. Modelo federal e constituições estaduais.
25. Segurança Nacional. Conselho de Segurança Nacional, organização, competência e funcionamento.
26. Forças Armadas. Organização, objetivos e regras constitucionais.
27. Ministério Público da União. Procurador Geral da República. Ministério Público dos Estados.
28. Funcionários Públicos. Acumulação remunerada de cargos e funções públicas. Estabilidade, disponibilidade remunerada, aposentadoria e demissão. Responsabilidade das pessoas jurídicas de Direito Público. Contencioso administrativo.

* * * *

*

DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO

DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL II

CÓDIGO: DIP 105

CARGA HORÁRIA: 75 horas/aula

CRÉDITOS: 5

P R O G R A M A

1. Poder judiciário. Organização do Poder Judiciário. Garantias e vedações. Competência dos Tribunais.
2. Supremo Tribunal Federal. Organização e Competência.
3. Tribunal Federal de Recursos. Organização e competência.
4. Juízes Federais. Seção Judiciária. Competência dos Juízes Federais.
5. Tribunais e Juízes Militares. Organização e competência.
6. Tribunais e Juízes Eleitorais. Organização e competência.
7. Tribunais e Juízes do Trabalho. Organização e competência.
8. Tribunais e Juízes Estaduais. Normas centrais. Organização e competência do Poder Judiciário Estadual. Tribunal da Justiça, Tribunal de segunda instân
cia, Tribunal inferior de segunda instância. Juízes Togados. Justiça de Paz temporária. Justiça Militar Estadual.
9. Declaração de Direitos. Nacionalidade. Perda da nacionalidade.
10. Direitos Políticos. Elegibilidade. Sufrágio. Suspensão e perda dos direitos políticos. Inelegibilidade. Arguição de inegibilidade.
11. Partidos Políticos. Organização. Funcionamento e extinção. Princípios.
12. Direitos e Garantias individuais. Fundamentos. Tendências modernas. Direitos econômicos e sociais.
13. Liberdade da pessoa. Liberdade de pensamento. Liberdade religiosa.
14. Liberdade de imprensa. Regime jurídico. Liberdade de ensino.
15. Liberdade de reunião e de associação. Sindicatos.
16. Direito de propriedade. Desapropriação por necessidade ou utilidade pública. Desapropriação por interesse social e desapropriação de propriedade territo
rial rural.

17. Proteção dos direitos subjetivos: *habeas-corpus* e mandado de segurança.
18. Garantias constitucionais. Direito de representação e de petição. Ação popular e defesa de patrimônio público.
19. Limitações constitucionais ao exercício do poder tributário. Abuso de direito individual ou político.
20. Direito de greve. Conceito, extensão e condições para seu exercício.
21. Estado de sítio. Fundamentos constitucionais. Decretação, medidas coercitivas. Duração, prorrogação e efeitos. Poderes extraordinários.
22. Ordem econômica e social. Direito da Economia e Direito Público Econômico. Liberalismo, intervencionismo e dirigismo econômico.
23. Princípios de ordem econômica e social. Liberdade de iniciativa, intervenção e monopólio. Repressão ao abuso do poder econômico.
24. Direitos constitucionais dos trabalhadores. Previdência social, associação profissional ou sindical.
25. Empresas concessionárias de serviços públicos. Regime de jazidas, minas, potenciais de energia hidráulica e petróleo.
26. Função das empresas privadas. Regime da empresa pública e da sociedade de economia mista. Empresas jornalísticas, de televisão e radiodifusão.
27. Família, Educação e Cultura. Princípios e normas da legislação do ensino. Estado e Cultura. Sistemas de Ensino.
28. Disposição Gerais e Transitórias. Natureza e conteúdo do Direito Constitucional Transitório.

* * * *

*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO

DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO I

CÓDIGO: DIP 106

CARGA HORÁRIA: 75 horas/aula

CRÉDITOS: 5

P R O G R A M A

1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 1.1 Atribuições, poderes e funções do Estado.
- 1.2 Administração pública: organização e atividade.
- 1.3 Administração pública e a função legislativa.
- 1.4 Administração pública e função jurisdicional.
- 1.5 Administração pública e Governo.

2. DIREITO ADMINISTRATIVO

- 2.1 Conceitos.
- 2.2 Relações com outros ramos do direito.
- 2.3 Direito Administrativo e Ciência de Administração.
- 2.4 Metodologia.
- 2.5 Fontes.
- 2.6 Interpretação.
- 2.7 Evolução histórica.
- 2.8 Direito Administrativo no Brasil.

3. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Seção 1.^a - Princípios Fundamentais

- 3.1 Teoria do órgão da pessoa jurídica.
- 3.2 Órgão administrativo: conceito; classificação; relação entre o órgão e seu titular; relação dos órgãos entre si.
- 3.3 Competência dos órgãos: conceito; princípios; delegação; avocação.
- 3.4 Organização dos serviços administrativos: fundamentos.
- 3.5 Hierarquia: conceito; fundamentos.
- 3.6 Concentração e desconcentração de competência.

Seção 2.^a - Centralização e Descentralização

- 3.7 Centralização e descentralização política e administrativa.
- 3.8 Descentralização administrativa: conceito; modalidades.
- 3.9 Descentralização autárquica: conceito; entes autárquicos territoriais; entes autárquicos institucionais.
- 3.10 Empresas do Estado.
- 3.11 Colaboração do particular com a Administração Pública.
- 3.12 Tutela administrativa: conceito; objeto; limites.

Seção 3.^a - Organização Administrativa Brasileira

- 3.13 Organização administrativa brasileira: fundamentos.
- 3.14 Organização administrativa federal: princípios; órgãos básicos; sistemas.
- 3.15 Organização administrativa estadual: órgãos básicos. Regiões administrativas. Microrregiões. Regiões Metropolitanas.
- 3.16 Organização administrativa municipal: elementos básicos; organização municipal e lei orgânica dos municípios; associação de municípios e a gestão de interesses comuns.
- 3.17 O Distrito Federal e os Territórios na organização administrativa brasileira.
- 3.18 Administração indireta federal, estadual e municipal: diretrizes; evolução; autarquias; sociedades de economia mista; empresas públicas.
- 3.19 Fundações instituídas pelo Poder Público.
- 3.20 Concessionários de serviço público.
- 3.21 Entidades privadas de interesse coletivo.
- 3.22 Reformas administrativas: histórico; metodologia; implicações na organização administrativa.
- 3.23 Tendência da organização administrativa brasileira.

4. ATIVIDADE ADMINISTRATIVA

Seção 1.^a - Relação Jurídico-Administrativa

- 4.1 Relação jurídico-administrativa: regimes; formação.
- 4.2 Atividade administrativa: princípios básicos; formas.

Seção 2.^a - Ato Administrativo

- 4.3 Definição.
- 4.4 Elementos constitutivos.
- 4.5 Classificações.
- 4.6 Características.
- 4.7 Validade e eficácia.
- 4.8 Motivação.
- 4.9 Vícios: espécies; sanções. Teoria das nulidades.

4.10 Revogação: conceito; fundamento; efeitos; limites.

4.11 Ratificação.

4.12 Reforma.

4.13 Conversão.

Seção 3ª - Contrato Administrativo

4.14 Licitação: conceito; modalidades; regimes; requisitos; julgamento; recursos; revogação; anulação; adjudicação.

4.15 Contrato administrativo: conceito; regime; peculiaridades; interpretação; formalização; execução; inexecução e rescisão. Contratos de obra pública, serviço, fornecimento e concessão: noções.

Seção 4ª - Poderes Administrativos

4.16 Poder administrativo: conceito.

4.17 Poderes administrativos especiais: discricionariedade; auto-executoriedade; poder regulamentar.

* * * *

*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO

DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO II

CÓDIGO: DIP 107

CARGA HORÁRIA: 75 horas/aula

CRÉDITOS: 5

P R O G R A M A

5. AGENTES PÚBLICOS

- 5.1 Teoria da função pública: elementos.
- 5.2 Agentes públicos: conceito; classificações.
- 5.3 Agentes políticos.
- 5.4 Agentes administrativos: conceito; classificação.
- 5.5 Classe, cargo, função e agente.
- 5.6 Regime estatutário: conceito; normas constitucionais pertinentes ao funcionário público; provimento e vacância do cargo público; direitos, deveres e responsabilidade dos funcionários.
- 5.7 Regime trabalhista no serviço público: avaliação.
- 5.8 Regime especial.

6. DOMÍNIO PÚBLICO

- 6.1 Domínio público: conceito.
- 6.2 Bens públicos: classificação; administração; utilização; alienação; aquisição; regime jurídico.
- 6.3 Terras públicas.
- 6.4 Águas públicas.
- 6.4 Jazidas.
- 6.5 Florestas.
- 6.6 Fauna.
- 6.7 Espaço aéreo.
- 6.8 Patrimônio histórico e artístico nacional.

7. SERVIÇOS PÚBLICOS

- 7.1 Serviços públicos: conceito; classificação; requisitos; regulamentação e controle; taxas e tarifas; gestão direta e indireta; direitos do usuário;

competência para sua prestação; estatização.

7.2 Concessão de serviço público: noção; natureza jurídica; direitos e deveres do concedente e do concessionário; regulamentação e fiscalização; prazo; peculiaridades.

7.3 Permissão e autorização de serviço público.

8. ATIVIDADE ADMINISTRATIVA DE ORDENAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL E DE FOMENTO PÚBLICO

Seção 1ª - Introdução

8.1 Atividade administrativa de intervenção e de fomento: conceito; evolução.

8.2 Competência e meios para intervenção.

Seção 2ª - Poder de Polícia

8.3 Atividade de polícia: conceito; histórico; classificação.

8.4 Polícia administrativa: conceito; fundamento; finalidade; limites; atributos; meios de atuação; sanções; condições de validade; principais subdivisões.

Seção 3ª - Administração Pública e a Propriedade Privada

8.5 Função social da propriedade e implicações no direito administrativo.

8.6 Ocupação temporária.

8.7 Requisição.

8.8 Limitação administrativa.

8.9 Servidão administrativa.

8.10 Tombamento.

8.11 Desapropriação: conceito; natureza jurídica; espécies; requisitos constitucionais; normas básicas; desvio de finalidade; retrocessão; desapropriação para fins urbanísticos; desapropriação e reforma agrária.

Seção 4ª - Ordenamento Econômico

8.12 Ordenamento econômico: conceito.

8.13 Repressão ao abuso do poder econômico.

8.14 Controle de abastecimento.

8.15 Tabelamento de preços.

Seção 5ª - Ordenamento Social

8.16 Ordenamento social: conceito.

8.17 Áreas principais de ordenamento social.

8.18 Ordenamento da cidade e da região metropolitana. Direito administrativo e legislação urbanística.

Seção 6.^a - Fomento Público

8.19 Fomento público: conceito.

8.20 Áreas principais de fomento econômico e social.

9. CONTROLE DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA

Seção 1.^a - Sistemas de Controle

9.1 Princípio de legalidade: conceito; limites; implicações.

9.2 Controle da atividade administrativa: noção, sistemas.

Seção 2.^a - Controle Legislativo

9.3 Controle legislativo: conceito.

9.4 Controle financeiro e orçamentário.

9.5 Tribunal de Contas: histórico; atribuições.

Seção 3.^a - Controle Administrativo

9.6 Controle administrativo: conceito.

9.7 Meios de controle.

9.8 Recursos administrativos.

9.9 Coisa julgada administrativa.

9.10 Prescrição administrativa.

9.11 Processo administrativo.

Seção 4.^a - Controle Jurisdicional

I - Direitos Subjetivos

9.12 Controle jurisdicional: conceito.

9.13 Sistemas de controle jurisdicional: jurisdição comum; jurisdição especial; análise crítica dos sistemas.

9.14 Extensão e conseqüências do controle jurisdicional, no direito brasileiro.

9.15 Controle do ato administrativo em face da violação de direito subjetivo do indivíduo. Responsabilidade civil do Estado pelos danos que seus agentes causem a terceiros.

9.16 Obrigações públicas nascidas dos direitos subjetivos do Estado contra o indivíduo: fontes; execução voluntária; execução forçada em via administrativa; meios de coação; controle jurisdicional da atividade administrativa de execução coativa das obrigações públicas.

9.17 Meios comuns e especiais de controle dos atos administrativos. *Habeas corpus*. Mandado de segurança.

9.18 Apuração de responsabilidade de autoridade por abuso.

II - Interesses Legítimos

- 9.19 Proteção aos interesses legítimos, no direito brasileiro.
- 9.20 Preservação do meio-ambiente. Controle da poluição.
- 9.21 Ação popular.
- 9.22 Representação de inconstitucionalidade de ato administrativo normativo.

* * * *

*

DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO

DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO III

CÓDIGO: DIP 108

CARGA HORÁRIA: 60 horas/aula

CRÉDITOS: 4

P R O G R A M A

Exame, segundo a técnica do caso, de situações recolhidas da prática administrativa e da jurisprudência, no direito brasileiro, envolvendo assuntos das seguintes áreas: 1) Atos administrativos: anulação; revogação. 2) Aspectos especiais da atividade administrativa: auto-executoriedade; discricionariedade; polícia administrativa. 3) Autarquias; sociedades de economia mista; empresas públicas: problemas fundamentais. 4) Bens públicos: regimes especiais; concessão de uso; poderes da Administração sobre coisa alheia. 5) Agentes públicos: direitos e deveres; funcionário público. 6) Serviços públicos. contrato de concessão; taxas e tarifas; fiscalização; direitos do usuário. 7) Controle dos atos administrativos pela própria Administração Pública e pelo Poder Judiciário: direitos subjetivos públicos do indivíduo; direitos subjetivos do Estado; interesses legítimos.

Diretrizes

Na execução do programa de Direito Administrativo III, ter-se-á em vista, fundamentalmente:

a) utilizar, na interpretação e solução dos casos, o conhecimento adquirido no estudo dos assuntos de Direito Administrativo I e II;

b) pesquisar os institutos de Direito Administrativo mais expressivos do papel que esteja a Administração Pública desempenhando, como instrumento de afirmação e promoção dos valores sociais, sem prejuízo dos direitos subjetivos públicos do indivíduo.

c) familiarizar o aluno com a presença e implicações de princípios de direito, nos casos examinados;

d) preparar o aluno para tarefas de assessoramento à Administração Pública, por via de elaboração de pareceres, principalmente.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO

DISCIPLINA: DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

CÓDIGO: DIP 114

CARGA HORÁRIA: 60 horas/aula

CRÉDITOS: 4

P R O G R A M A

1. A SOCIEDADE INTERNACIONAL

- 1.1 Conceito
- 1.2 Características

2. O DIREITO INTERNACIONAL

- 2.1 Evolução Histórica
- 2.2 Conceito. Características. Terminologia e Divisão.
- 2.3 Fontes: Tratados. Costumes. Princípios Gerais do Direito. Jurisprudência. Doutrina. Novas Fontes Formais
- 2.4 As Relações entre os Ordenamentos Jurídicos Internos e Externos.

3. AS PESSOAS INTERNACIONAIS

- 3.1 Conceito. Evolução Histórica e Classificação.
- 3.2 O Estado.
 - 3.2.1 Conceito
 - 3.2.2 Elementos Constitutivos: Território. Soberania, etc.
 - 3.2.3 Reconhecimento de Estado e de Governo
 - 3.2.4 Representação Internacional do Estado
 - 3.2.5 Direito e Deveres do Estado
 - 3.2.6 Responsabilidade Internacional do Estado
- 3.3 As Organizações Internacionais
 - 3.3.1 Conceito. Tipologia. Importância.
 - 3.3.2 A Organização das Nações Unidas
 - 3.3.3 As Organizações Regionais Americanas. Africanas. Asiáticas. Europeias.
 - 3.3.4 As Organizações Não-Estatais.
- 3.4 A Pessoa Humana

3.4.1 A Personalidade Jurídico Internacional do Indivíduo.

3.4.2 A Proteção Jurídico Internacional dos Direitos Humanos.

4. A AÇÃO INTERNACIONAL

4.1 Os Conflitos Internacionais e suas Formas de Solução.

4.2 A Cooperação Internacional: Bases Jurídicas e Políticas.

4.3 A Integração Internacional: Conceito. Dinâmica e Experiências Contemporâneas.

* * * *

*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO

DISCIPLINA: DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

CÓDIGO: DIP 115

CARGA HORÁRIA: 60 horas/aula

CRÉDITOS: 4

P R O G R A M A

1. Definição e Noções Fundamentais
2. A Norma de Direito Internacional Privado e seu Funcionamento
3. O objeto do Direito Internacional Privado
4. A Denominação e seu Conteúdo
5. Fontes do Direito Internacional Privado
6. A Aplicação do Direito Estrangeiro e seu Caráter
7. Ordem Pública Internacional: Uma Exceção
8. O Retorno
9. Circunstâncias de Conexão
10. Qualificações
11. História do Direito Internacional Privado (Resumo)
12. Personalidade - Capacidade - Incapacidade
13. As Pessoas Jurídicas e seu Regime
14. Direito de Família
15. Direito das Coisas
16. Contratos e Obrigações
17. Direito das Sucessões
18. Do Comércio em Geral e de seu Regime Jurídico
19. Falências e Concordatas
20. Obrigações Cambiais e Títulos de Crédito em Geral
21. O Contrato de Trabalho Internacional
22. A Competência Internacional

23. Execuções de Sentenças Estrangeiras e Cartas Rogatórias

Anexo I - Da Nacionalidade Brasileira (Legislação Específica)

Anexo II - Da Condição Jurídica dos Estrangeiros no Brasil (Legislação Específica)

OBSERVAÇÃO - Na execução do programa, os trabalhos práticos observarão o seguinte esquema:

- a) apoio decisivo em casos concretos, inclusive os retirados de nossa jurisprudência;
- b) uso de jurisprudência internacional;
- c) análises doutrinárias de teses discutidas;
- d) análises jurisprudenciais;
- e) redação de petições, de iniciais, de contestações, recursos, impugnações, bem como de todas as peças do processo, em geral (*ad exemplum*: parecer do Procurador Geral da República em processo de homologação de sentença estrangeira);
- f) visitas a órgãos públicos e particulares para esclarecimento de questões e problema concretos (*ad exemplum*: visita a empresas multinacionais, a Bolsa de Valores, a Carteira de Câmbio de Bancos, etc.).

* * * *

*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO

DISCIPLINA: DIREITO ELEITORAL

CÓDIGO: DIP 113

CARGA HORÁRIA: 30 horas/aula

CRÉDITOS: 2

P R O G R A M A

1. Direito Eleitoral. Fundamentos. Objeto. Fontes. Relacionamento com outras disciplinas jurídicas. Peculiaridades.
2. Representação Popular. Democracia Representativa. Justificativa de Montes - quieu. Crítica de Rousseau. Natureza jurídica da representação popular. Problemas correlatos: partidos políticos; interesses profissionais; sindicalismo; opinião pública e imprensa. Representação Popular no Direito Eleitoral Brasileiro. Necessidade de reformulação do instituto.
3. Organização Eleitoral. Voto. Modalidades. Sistemas Eleitorais. Sistema Majoritário, Proporcional e Misto. Sistema eleitoral no Direito Brasileiro.
4. Justiça Eleitoral. Controle do Processo Eleitoral. Estrutura Orgânica. Competência dos órgãos da Justiça Eleitoral.
5. Ministério Público Eleitoral. Posição institucional. Atribuições junto à Justiça Eleitoral.
6. Capacidade Eleitoral. Pressupostos da capacidade eleitoral. Limitações.
7. Alistamento Eleitoral. Do ato de alistar. Efeitos do alistamento. Requisitos para a inscrição eleitoral. Processo. Fases de alistamento. Transferência. Cancelamento. Exclusão. Fiscalização partidária.
8. Elegibilidade. Escolha e registro de candidatos. Inelegibilidade. Parte legítima para arguição.
9. Partidos Políticos. Generalidades. Natureza Jurídica dos Partidos. Classificação dos Partidos. Criação. Funcionamento. Fusão e extinção dos Partidos Políticos. Patrimônio do Partido. Órgãos Partidários. Filiação partidária. Infidelidade partidária. Recursos Financeiros do Partido. Prestação de Contas.
10. Sistemas Partidários. Multipartidarismo. Pluripartidarismo. Monopartidarismo. Vantagens e desvantagens. Aliança partidária. Proibição da aliança no Direito Eleitoral Brasileiro.

11. Eleição. Ato de escolha. Processo de votação. Local e duração da votação. Condições para sua realização. Fiscalização partidária. Cédula Oficial.
12. Garantias Eleitorais. Proteção ao votante. Autoridade da Mesa receptora. Presença e ação da polícia. Limites. Contenção do Poder Econômico e do abuso da autoridade. Prioridade na comunicação conferida aos Partidos Políticos na fase da campanha eleitoral. Prioridade postal em favor dos Partidos Políticos. Instalação de telefone na sede dos Partidos. Isenção Tributária. Reconhecimento de firmas para fins eleitorais. Gratuidade de registro civil e certidão de nascimento para fins eleitorais. Direito do empregado ausentar-se do serviço para alistamento e transferência eleitorais. Direito do Funcionário Público à licença para concorrer a cargo eletivo e para o exercício do mandato eletivo. Nulidade e provimento nos serviços públicos estaduais e municipais. Transporte e alimentação para eleitores das zonas rurais.
13. Propaganda eleitoral. Técnica da Propaganda. A Liberdade da Propaganda. Dimensionamento jurídico da propaganda eleitoral. Igualdade na propaganda. Processo de controle da propaganda. Propaganda eleitoral na imprensa, rádio e televisão.
14. Atos preparatórios à votação. Divisão eleitoral. Seções Eleitorais. Mesas receptoras. Competência da Mesa Receptora. Fiscalização partidária junto à Mesa.
15. Da Votação. Instalação dos trabalhos na mesa receptora. Recebimento dos votos. Voto em separado. Regras especiais de Votação. Impugnações e recursos. Encerramento da votação.
16. Apuração Eleitoral. Junta Apuradora. Composição e funcionamento da Junta Apuradora. Abertura da urna. Impugnações e recursos. Da escrituração da apuração. Apuração nos Tribunais Regionais. Proclamação e diplomação dos eleitos.
17. Da invalidade dos atos eleitorais. Invalidade no Direito Eleitoral. Nulidades no Código Eleitoral. Invalidade de atos partidários.
18. Recursos Eleitorais. Modalidades. Interposição dos recursos eleitorais. Prazos. Efeitos. Tramitação de recursos nos Tribunais. Parte legítima para recorrer.
19. Crimes Eleitorais. Progressivo isolamento do crime eleitoral na legislação penal comum. Natureza dos crimes eleitorais. Classificação dos crimes eleitorais. Conexão de crimes eleitorais. As penalidades nos crimes eleitorais.
20. Do Processo Penal e do Processo Disciplinar no Direito Penal Eleitoral. Princípios processuais. Recursos e Execuções criminais. Processo disciplinar eleitoral.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO

DISCIPLINA: TÉCNICA LEGISLATIVA

CÓDIGO: 112

CARGA HORÁRIA: 15 horas/aula

CRÉDITOS: 1

P R O G R A M A

1. A Técnica Legislativa e o seu conceito. A arte de legislar. Técnica de redigir leis. Redação de leis: a forma e a substância.
2. Instrumentos de Trabalho. As etapas da redação da lei. O estilo legislativo. Colaboração de juristas, magistrados, técnicos e filólogos. Vocabulário e linguagem jurídica.
3. Do preâmbulo das leis. Apresentação material do texto das leis. Apresentação material do texto das leis. Desdobramento dos artigos. Redação dos parágrafos. Da redação da rubrica ou ementa. Autoria e fundamento legal da autoridade. Formas de justificar os atos de ordem legislativa. Cláusulas de vigência. Cláusulas de revogação. Disposições complementares. Disposições gerais ou finais. Disposições transitórias. Lei dependente de regulamentação.
4. Classificação das normas jurídicas. Regras normativas e construtivas. Normas imperativas e supletivas, de ordem pública e de ordem privada. Normas gerais, e especiais, excepcionais e privilégios. Normas permanentes, temporárias, transitórias e repristinatórias.
5. A Hierarquia das normas. O órgão e o procedimento de criação das normas. O conteúdo das normas. A iniciativa das leis. A exclusividade da iniciativa das leis pelo Legislativo. A iniciativa pelo Poder Judiciário.
6. Regras de elaboração legislativa. Circunstâncias, Trâmites, processo e formalidades por que devem passar os projetos de lei. Organização de regimentos internos das Câmaras e Assembléias Legislativas. Normas regimentais. Regimento do Congresso Nacional. Regimento do Senado Federal. Regimento da Câmara dos Deputados. Costumes e práticas parlamentares.
7. Processo Legislativo. Emendas à Constituição. Leis Complementares à Constituição. Leis ordinárias. Leis delegadas. Decretos-Leis. Decretos Legislativos. Resoluções. Tratados. Convenções. Atos Internacionais.

8. Atos normativos. Regulamentos. Regimentos. Instruções. Circulares.
9. Atos de comunicação. Ofícios. Avisos. Mensagens.
10. Funções normativas de órgãos judiciários. Fontes normativas no Supremo Tri
bunal Federal: Regimento Interno. Os regimentos dos Tribunais. As Resolu-
ções sobre Organização e Divisão Judiciária do Estado.
11. O assessoramento legislativo. Órgãos do Poder Executivo com funções de as-
sessoramento legislativo. Assessoria Técnico-Legislativa.
12. Hermenêutica e Aplicação do Direito. Espécies e métodos de interpretação '
das normas jurídicas.

* * * *

*

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL I

CÓDIGO: DIC 103

CARGA HORÁRIA: 60 horas/aula

CRÉDITOS: 4

P R O G R A M A

1. Noção de Direito. Direito Positivo e Direito Natural. Direito e Moral. Direito Público e Direito Privado. Normas de direito privado de ordem pública. Unificação do Direito Privado.
2. Direito subjetivo e direito objetivo. Análise do direito subjetivo. Classificação do direito subjetivo. A relação jurídica.
3. Direito objetivo. Fontes do direito objetivo. Os diversos tipos de fontes. A lei. O costume. As fontes impropriamente ditas: doutrina, jurisprudência e direito comparado.
4. Direito Civil: Utilidade das codificações. História da codificação civil brasileira: Teixeira de Freitas, Nabuco de Araújo. Felício dos Santos, Coelho Rodrigues. O Projeto de Clóvis Beviláqua e sua transformação em lei. Objeto da parte geral e da parte especial do Código Civil. Tentativas de reforma.
5. Classificação das leis: segundo a hierarquia, segundo a extensão territorial, segundo a força obrigatória, segundo a natureza, segundo a intensidade da sanção.
6. Vigência da lei. Lei de Introdução ao Código Civil. Obrigatoriedade da lei. Continuidade da lei. Cessaçãõ da eficácia da lei. Revogação. Lei Ripristinatória.
7. Eficácia da lei no tempo. Direito intertemporal. Princípio da irretroatividade da lei. Teorias e sistemas sobre a irretroatividade da lei. Teorias subjetivistas. Teorias objetivistas. Repercussão no direito brasileiro.
8. Eficácia da lei no espaço. Extraterritorialidade da lei. Teorias dos Estatutos.

Princípio do domicílio e da nacionalidade. Doutrina legal brasileira.

9. Da integração da norma jurídica. Analogia. Princípios gerais do direito. Equidade. Interpretação da lei. Hermenêutica tradicional e interpretação ci
entífica.
10. Sujeito dos direitos. Das pessoas. Pessoa natural. Começo da personalidade natural. Capacidade de direito e de fato. Incapacidade absoluta e relativa. Emancipação. Fim da personalidade natural. Comoriência. Registro Civil.
11. Estado da personalidade natural: individual, familiar e político. O estran
geiro. Do nome: história, natureza jurídica, possibilidade de alteração.
12. Da pessoa jurídica: notícia histórica, natureza jurídica. Classificação da pessoa jurídica. Pessoas jurídicas de direito público: conceito e enumera
ção.
13. Sociedade, associações e fundações. Começo da existência das pessoas jurídi
cas. Registro. Sociedades ou associações civis. Sociedade de fato. Fim da existência das sociedades. Destino de seus bens. Fundações.
14. Domicílio e residência. Unidade. Pluralidade e falta de domicílio. Mudança. Domicílio voluntário e necessário. Domicílio legal e especial. Domicílio das pessoas jurídicas. Foro de eleição.
15. Objeto dos direitos. Objeto e conteúdo do direito. Os chamados direitos so
bre a própria pessoa. O direito como objeto do direito. Coisas; bens e inte
resses. Patrimônio. Bens corpóreos e incorpóreos.
16. Direitos reais e pessoais. Classificação dos bens. Móveis e imóveis. Fungí
veis e infungíveis. Consumíveis e inconsumíveis. Divisíveis e indivisíveis. Singulares e coletivos. Principais e acessórios. Dos bens públicos e parti
culares. Das coisas que estão fora do comércio.
17. Bem de família. Generalidades. Destinação. Inalienabilidade, impenhorabili
dade e duração. Tombamento artístico e histórico.

* * * *

*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

DEPARTAMENTO DE DIREITO E PROCESSO CIVIL E COMERCIAL

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL II

CÓDIGO: DIC 104

CARGA HORÁRIA: 60 horas/aula

CRÉDITOS: 4

P R O G R A M A

1. Aquisição, modificação e extinção dos direitos subjetivos. Fato jurídico: definição e compreensão. Nascimento e aquisição dos direitos. Modificação, extinção e perda dos direitos. Defesa dos direitos através da ação judicial. Renúncia.
2. Negócio jurídico e ato jurídico: definição, elementos constitutivos e classificação. Manifestação e declaração de vontade. Representação dos incapazes. Interpretação dos atos jurídicos. Causa.
3. Dos defeitos dos negócios jurídicos. Manifestação defeituosa da vontade. Erro ou ignorância. Erro substancial e erro acidental. Erro de fato e erro de direito. Disposições legais.
4. Dolo: Definição e generalidades. Espécies de dolo. Elementos que o distinguem do erro e da fraude. Dolo principal e dolo acidental.
5. Coação: definição e generalidades. Espécies de coação. Requisitos da coação. Exercício normal do direito e temor reverencial. Perigo iminente e promessa de premiar.
6. Simulação. Conceito e generalidades. Espécies e elementos constitutivos. Dissimulação. Modalidades particulares. Efeitos em relação às partes e a terceiro.
7. Fraude contra credores. Generalidades. Definição e elementos constitutivos. Atos suscetíveis de fraude. Ação revocatória ou pauliana. Disposições especiais.
8. Lesão. Conceito e generalidades. Lesão e erro. Lesão e usura. Requisitos da lesão. Lesão e teoria dos vícios de vontade. A lesão no anteprojeto do Código das Obrigações.

9. Modalidades do ato jurídico. Elementos essenciais e acidentais do ato jurídico. Condição: conceito, classificação e efeitos. Condição suspensiva e condição resolutiva. Termo e prazo. Encargo ou modo.
10. Forma e prova do ato jurídico. Conceito de forma. Prova do ato jurídico. Prova documental, testemunhal e pericial. Confissão. Presunção. Outros meios probatórios.
11. Ato jurídico ineficaz. Ato jurídico inexistente. Nulidade. Anulabilidade. ' Efeitos da nulidade e da anulabilidade. Ratificação da nulidade relativa. ' Obrigações contraídas por menores.
12. Direito e lícito jurídico. Conceito de ato ilícito. Dolo. Culpa. Responsabilidade civil do Estado. Abuso de direito.
13. Extinção das relações jurídicas. Prescrição e decadência. Notícia histórica. Definição e espécies de prescrição. Suspensão da prescrição. Prazos prescricionais.

* * * *

*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

DEPARTAMENTO DE DIREITO E PROCESSO CIVIL E COMERCIAL

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL III

CÓDIGO: DIC 105

CARGA HORÁRIA: 60 horas/aula

CRÉDITOS: 4

P R O G R A M A

GENERALIDADES

1. Conceito de obrigação. Evolução. Distinção entre direitos reais e obrigações. Elementos essenciais da obrigação.
2. Fontes das obrigações. Das obrigações contratuais e das provenientes de atos ilícitos. O Dano moral. Da responsabilidade objetiva. Enriquecimento sem causa e pagamento indevido.

MODALIDADES DAS OBRIGAÇÕES

3. Divisão quanto ao objeto. Positivas e negativas. Obrigações positivas de dar coisa certa e de dar coisa incerta. Obrigação de restituir coisa certa.
4. Obrigações de fazer. A prestação dos fatos. Obrigações de não fazer.
5. Obrigações cumulativas alternativas e facultativas. Obrigações condicionais e a termo. Principais e acessórios.
6. Pluralidade de sujeitos. Teoria da solidariedade. Solidariedade ativa e passiva. Convencional e legal. Efeitos.
7. Obrigações divisíveis e indivisíveis. Indivisibilidade natural e convencio - nal.
8. Obrigação com cláusula penal. Natureza da cláusula penal. Pena convencional moratória e compensatória.

EFEITOS DAS OBRIGAÇÕES

9. Necessidade do exato adimplemento. Inadimplemento e mora. Causas de inexecução. Execução coativa com perdas e danos.

10. Da mora. Espécies, requisitos e efeitos. Purgação da mora.

EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES PELO PAGAMENTO

11. Do pagamento. Quem deve pagar. Quem pode pagar. A quem se deve pagar. Pagamento a credor aparente.

12. Objeto e prova de pagamento. O que se deve pagar. Indivisibilidade do pagomento. Quitação. Pagamento em prestação. Prova.

13. Lugar do pagamento. Tempo do pagamento. Vencimento das obrigações condicionais. Exigência da dívida antes de vencido o prazo. Do pagamento indevido e de sua repetição.

14. Do pagamento por consignação e da imputação do pagamento.

EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES POR EFEITO DE NEGÓCIO JURÍDICO

15. Distrato, renúncia e remissão de dívidas. Espécies e efeitos da remissão.

16. Dação em pagamento. Definição e requisitos.

17. Da novação. Novação subjetiva e objetiva.

18. Transação. Conceito. Efeitos.

19. Do compromisso. Definição e requisitos. Nulidade e extinção.

EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES POR FORÇA DE LEI

20. Da compensação. Conceito. Quando não se verifica.

21. Da confusão. Efeitos. Restabelecimento da obrigação anterior.

22. Extinção da obrigação por impossibilidade da prestação.

DA TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES

23. Cessão de crédito e sucessão no débito.

24. Subrogação legal e subrogação convencional. Efeitos.

* * * *

*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

DEPARTAMENTO DE DIREITO E PROCESSO CIVIL E COMERCIAL

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL IV

CÓDIGO: DIC 106

CARGA HORÁRIA: 60 horas/aula

CRÉDITOS: 4

P R O G R A M A

1. Fontes das obrigações. Do contrato, conceito romano e moderno de contrato. Elementos. Princípios fundamentais. Intervenção do Estado no contrato. Diri-
gismo contratual. Teoria da Imprevisão.
2. Formação do contrato. Manifestação da vontade. Proposta. Aceitação. Tempo e lugar. Contratos por correspondência. Prova do contrato. Proibição dos pactos sucessórios. Interpretação do contrato. Impossibilidade da prestação. Contra
to preliminar. Conceito e efeitos.
3. Classificação dos contratos. Classificação romana e moderna. Unilaterais e bi
laterais. A título oneroso e a título gratuito. Cumulativos e aleatórios. Tí
picos, atípicos e mistos. Consensuais, reais e formais. De execução imediata, diferida e sucessiva. Individuais e coletivos. Principais e acessórios. Por adesão. Consequências da classificação dos contratos em unilaterais e bi
late
rais.
4. Distrato. Conceito, forma e natureza jurídica. Quitação.
5. Arras: história, conceito e espécies. Arras, cláusula penal e obrigações al
ternativas. Arras confirmatórias, arras penitenciais e possibilidade de cumu
lação com outras reparações.
6. Estipulações em favor de terceiros. História, natureza jurídica, conceito e efeitos. Disposições legais.
7. Vícios redibitórios. Definição e fundamento jurídico. Elementos caracterizadores
e efeitos. Ações edilícias.
8. Evicção. Noções gerais. Efetivação de garantia. Pacto de não prestar a evicção.
Evicção parcial. Chamamento à autoria.

9. Contratos aleatórios. Conceito. Distinção entre os contratos aleatórios, comutativos e condicionais. Espécies de contratos aleatórios.
10. Extinção dos contratos. Cessaçãõ da relação contratual. Resilição. Resolução. Rescisão. Revogaçãõ. Cláusula resolutiva tácita e expressa. Exceção de contrato não cumprido. Teoria da imprevisão.
11. Compra e venda. Origem histórica. Sistemas contemporâneos. Elementos essenciais. Efeitos. Riscos e despesas. Retençãõ da coisa e do preço. Disposições especiais à compra e venda. Venda por amostra. Venda *ad corpus* e *ad mensuram*. Venda de coisa comum. Promessa. Troca.
12. Modalidades especiais de compra e venda. Retrovenda. Venda a contento. Preempçãõ ou preferência. Pacto de melhor comprador. Pacto comissório. Reserva de domínio. Contrato estimatório.
13. Doaçãõ. Conceito e requisitos. Espécies. Classificação. Efeitos. Promessa de doaçãõ. Ineficácia. Revogaçãõ.
14. Locaçãõ. Locaçãõ de coisas. Generalidades, definiçãõ e elementos do contrato. Obrigações do locador. Obrigações do locatário. Prédios rústicos. Prédios urbanos. Legislação do inquilinato. Renovaçãõ compulsória dos contratos de locaçãõ. Locaçãõ de serviços. Crítica ao Código Civil. A consolidaçãõ das Leis do Trabalho. Natureza do contrato e serviços que abrange: Rescisão e efeitos jurídicos. Corretagem. Comissão. Agência e distribuiçãõ.
15. Empreitada. Conceito e generalidades do contrato de empreitada. Características, espécies e efeitos. Responsabilidade do proprietário e do empreiteiro. Contrato de transporte.

* * * *

*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

DEPARTAMENTO DE DIREITO E PROCESSO CIVIL E COMERCIAL

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL V

CÓDIGO: DIC 107

CARGA HORÁRIA: 60 horas/aula

CRÉDITOS: 4

P R O G R A M A

1. Empréstimo. Conceito. Comodato. Noção. Obrigações. Mútuo. Definição e elementos característicos. Empréstimo em dinheiro. Usura.
2. Depósito. Generalidades. Conceito. Entrega, guarda e restituição de coisa. Classificação do contrato. Depósito necessário. Seqüestro.
3. Mandato. Generalidades, conceito. Outorgante e requisitos da procuração. Espécies de mandato. Subestabelecimento. Obrigações do mandante e do mandatário. Aceitação. Ratificação. Irrevogabilidade. Extinção. Mandato judicial.
4. Gestão de negócios. Definição. Natureza. Elementos. Obrigações do gestor e do dono do negócio. Ratificação.
5. Edição. Conceito e elementos. Direitos e obrigações. Disposições legais.
6. Representação dramática. Direito de autor. Divulgação da obra teatral. Prescrições legais.
7. Sociedade. Generalidades. Conceito. Espécies. Direitos e deveres dos sócios. Constituição do capital. Atribuição dos lucros e perdas. Obrigações das sociedades e dos sócios para com terceiros. Dissolução e liquidação da sociedade. Promessa de sociedade.
8. Parceria. Conceito e principais características. Parceria rural, Parceria agrícola. Parceria pecuária.
9. Constituição de rendas. Generalidades. Definição. Efeitos. Extinção. Disposições legais. Capitalização.
10. Do contrato de seguro. Generalidades. Conceito. Direito e obrigações do segurado. Direito e obrigações do segurador. Seguro mútuo. Seguro de vida. Seguro de responsabilidade civil.

11. Jogo e aposta. Conceito. História. Consequências. Mútuo para jogo. Contratos diferenciais. Sorteio.
12. Fiança. Generalidades. Conceito. Caracteres. Espécies de fiança. Efeitos. Extinção.
13. Fidúcia. História. Definição. Negócio fiduciário. Alienação fiduciária em garantia.
14. Contratos bancários. Depósito. Conta corrente. Abertura de crédito. Crédito documentário. Desconto. Financiamento. *Leasing*.
15. Novas figuras contratuais. Nomenclatura. *Know how*. *Franchising*. *Engineering*. *Factoring*. *Jointventure*. Seguro de crédito.
16. Obrigações por declaração unilateral de vontade. Títulos ao portador. Definição e natureza jurídica. Títulos de crédito. Títulos cambiais. Características do título ao portador. Recuperação judicial. Promessa de recompensa. Definição e natureza jurídica. Requisitos. Arrependimento. Promessa em concurso público.
17. Das obrigações por atos ilícitos. Responsabilidade civil. Responsabilidade civil subjetiva. Responsabilidade civil objetiva. Sistema legal brasileiro. Responsabilidade pelo fato de outrem. Efeitos no cível da condenação criminal. Liquidação das obrigações.
18. Concurso de credores. Generalidades. Privilégio. Crédito quirografário. Crédito Real. Disposições legais.

* * * *

*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

DEPARTAMENTO DE DIREITO E PROCESSO CIVIL E COMERCIAL

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL - PROPRIEDADE (VI)

CÓDIGO: DIC 109

CARGA HORÁRIA: 60 horas/aula

CRÉDITOS: 4

P R O G R A M A

NOÇÕES FUNDAMENTAIS

1. Direitos reais: conceito e caracteres fundamentais. Distinção entre Direitos reais e pessoais. Direitos reais e privilégio. Classificação, conteúdo, discriminação e evolução dos Direitos reais.

PROPRIEDADE

2. Sociologia e política. Importância, conceito e caracteres. Notícia histórica. Fundamento Jurídico: teorias. Legitimidade.
3. Extensão do direito de propriedade. Elementos constitutivos. Classificação. Restrições constitucionais e administrativas ao direito de propriedade. Propriedade do subsolo e do espaço aéreo. Restrições de Direito Civil. Proteção.
4. Propriedade territorial rural. Introdução histórica ao Direito agrário. Função social da terra. Leis agrárias em vigor. Estatuto da terra. Propriedade familiar, Empresa rural. Latifúndio e minifúndio. Módulo e fração mínima de parcelamento.
5. Aquisição da propriedade em geral. Modos originários e derivados de adquirir. Aquisição e perda *inter-vivos e mortis causa*. Aquisição a título gratuito e a título oneroso. Aquisição da propriedade imóvel.
6. Transcrição: Efeitos. Sistema romano, francês, alemão e brasileiro. Atos sujeitos à transcrição. Disposições legais pertinentes.
7. Acessão: Conceito e natureza jurídica. Acessão natural, artificial e mista. Ilhas. Aluvião. Avulsão. Álveo abandonado. Construções e Plantações.
8. Usucapião. Distinção romana entre *usucapião* e *praescriptio*. Prescrição extin-

tiva e prescrição aquisitiva. Usucapião extraordinário. Usucapião ordinário. Usucapião especial. Disposições legais.

9. Direito de vizinhança: natureza jurídica e modalidades. Uso nocivo da propriedade. Árvores limítrofes. Passagem forçada. Demarcação de prédios. Direito de construir. Direito de tapagem.
10. Perda da propriedade imóvel. Generalidades. Alienação. Renúncia. Abandono. Perecimento do objeto.
11. Desapropriação. Modalidade especial de perda da propriedade. Fundamentação 'teórica. Poder desapropriante. Objeto. Processo. Requisição.
12. Aquisição e perda da propriedade móvel. Conceito. Ocupação. Caça. Pesca. Invenção. Tesouro. Especificação. Confusão, comistão e adjunção. Usucapião. Tradição.
13. Condomínio. Conceito e natureza jurídica. Direitos e deveres dos condôminos. Administração. Divisão. Extinção. Venda. Casos particulares; paredes, valos, muros, cercas. Compãscuo.
14. Condomínio em edifício de apartamentos. Origem e natureza jurídica. Incorporação. Ordenamento jurídico brasileiro.
15. Propriedade resolúvel. Conceito e natureza jurídica. Revocação. Conseqüências.
16. Propriedade literária, científica e artística: direito do autor. Evolução 'histórica e natureza jurídica. Conceito. Código Civil e a nova legislação. Definições preliminares. Obras intelectuais protegidas. Autoria. Registro. O direito moral do autor. Direitos patrimoniais. Limitações aos direitos do autor. Cessão. Utilização de obras intelectuais, Representação e execução. A obra fonográfica. Direitos conexos ao de autor. Direito de arena. Conselho Regional de Direito Autoral. Sanções à violação do direito de autor.

* * * *

*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

DEPARTAMENTO DE DIREITO E PROCESSO CIVIL E COMERCIAL

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL - POSSE. DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS (VII)

CÓDIGO: DIC 108

CARGA HORÁRIA: 60 horas/aula

CRÉDITOS: 4

P R O G R A M A

A - POSSE

1. Posse: conceito e natureza jurídica. Notícia histórica. Teorias. Fundamentos da proteção possessória.
2. Classificação da posse. Posse e detenção. Posse dos direitos pessoais. Com-
posse.
3. Aquisição de posse. Aquisição em geral. Aquisição originária. Aquisição deri-
vada. Obstáculos.
4. Efeitos da posse. Efeitos em geral. Ações possessórias; manutenção, reinte-
gração, interdito, imissão de posse, embargos de terceiros, nunciação de
obra nova. Defesa da posse. Indenização ao possuidor.
5. Perda da posse. Generalidades. Perda da posse das coisas. Abandono. Tradição.
Destruição. Perda e posse de outrem. Constituto possessório. Perda da posse
dos direitos. Reivindicações das coisas móveis. Títulos ao portador.

B - DIREITOS REAIS LIMITADOS DE USO E GOZO

6. Enfiteuse. História, natureza jurídica e conceito. Direitos e deveres do en
fiteuta. Direitos e deveres do senhorio. Subenfiteuse. Terrenos de marinha e
aforamento de bens da União. Extinção da enfiteuse.
7. Servidões. Conceito e classificação. Caracteres e modos de constituição. Di
reitos e deveres. Extinção. Servidões especiais.
8. Usufruto. Origem, natureza jurídica e conceito. Espécies. Transcrição. Inalie
nabilidade. Direitos e deveres do usufrutuário. Usufruto simultâneo e direi
to de acrescer. Extinção. Uso. Conceito. Finalidades. Habitação. Conceito; '

características.

9. Renda constituída sobre imóvel. Renda vinculada a imóvel. Definição, generalidades e disposições legais aplicáveis.

C - DIREITOS REAIS LIMITADOS DE GARANTIA

10. Direitos reais de garantia em geral. Notícia histórica. Garantia pessoal e real. Características. Efeitos. Privilégio. Excussão. Indivisibilidade. ' Pressupostos dos contratos de penhor, anticrese e hipoteca. Vencimento normal e antecipado. Garantia real de terceiro. Cláusula comissória. Remição parcial e responsabilidade pelo restante da dívida.
11. Penhor. Noções gerais. Constituição. Direitos e deveres do credor e devedor pignoratício. Efeitos. Penhor Legal. Penhores especiais. Caução de títulos. Transcrição e extinção do penhor.
12. Anticrese: conceito e história. Características, requisitos e conteúdo. Direitos e deveres do credor e do devedor anticrético. Extinção.
13. Hipoteca: noções gerais. Caracteres jurídicos. Requisito objetivo, subjetivo e formal da hipoteca. Pluralidade. Título. Especialização, inscrição e efeitos. Hipoteca no período de falência. Remição e perempção. Espécies. ' Execução. Caução. Extinção. Cancelamento.
14. Alienação fiduciária em garantia. Formação histórica e natureza jurídica. Características. Legislação pertinente.

D - DIREITO REAL DE AQUISIÇÃO

15. Promessa irrevogável de venda. Notícia histórica. Contrato preliminar e direito real. Requisitos e efeitos. Loteamento. Legislação.

E - REGISTRO DE IMÓVEIS

16. Registro de imóveis. Conceito. Transcrição do domínio direto e do domínio útil. Disposições legais. Registro Torrens. A nova legislação.

* * * *

*

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL - DIREITO DE FAMÍLIA(VIII)

CÓDIGO: DIC 110

CARGA HORÁRIA: 60 horas/aula

CRÉDITOS: 4

P R O G R A M A

1. DIREITO DE FAMÍLIA: Conceito e Conteúdo. Caracteres. Evolução. Natureza jurídica. Divisão. Família. Várias concepções da palavra. Origem e desenvolvimento. Matriarcado e Patriarcado. Concepção moderna.
2. CASAMENTO: Definição e caracteres. Natureza jurídica. Finalidades. Notícia histórica. Casamento civil e religioso. Princípios do Direito Matrimonial. Esponsais. Origem e evolução. O noivado.
3. CONCUBINATO: Conceito e notícia histórica. Família ilegítima, família natural. Direitos da companheira. Existência de uma sociedade de fato. Efeitos da dissolução.
4. HABILITAÇÃO PARA O CASAMENTO: Generalidades. Formalidades. Requisitos e presupostos. Suprimento judicial do consentimento paterno. Processo de habilitação. Exame pré-nupcial.
5. IMPEDIMENTOS MATRIMONIAIS: Conceito. Natureza. Classificação. Impedimentos dirimentos públicos. Impedimentos dirimentos privados. Impedimentos impedientes. Oposição dos impedimentos.
6. CELEBRAÇÃO DO CASAMENTO: Formalidades essenciais e não essenciais. Intervenientes. Suspensão da cerimônia. Assento do casamento. Casamento consular. Casamento nuncupativo. Casamento religioso de efeito civil. Prova do casamento. Prova do estado de casado.
7. INEFICÁCIA DO CASAMENTO: Generalidades. Casamento inexistente. Casamento nulo. Casamento anulável. Erro essencial quanto à pessoa. Dolo. Ação de nulidade e de anulação. Separação prévia de corpos.

8. CASAMENTO PUTATIVO: Conceito e notícia histórica. Requisitos. Disciplina do Código Civil Brasileiro. Efeitos em relação aos cônjuges, aos filhos e a terceiros. Inovação da Lei nº 6.515. Casamento irregular.
9. EFEITOS JURÍDICOS DO CASAMENTO: Generalidades. Efeitos genéricos. Deveres de ambos os cônjuges. Fidelidades, coabitação, assistência. Deveres implícitos. Sustento, guarda e educação dos filhos.
10. DIREITO E DEVERES DO MARIDO: O poder marital. Chefia da sociedade conjugal. Obrigações. Atos que demandam outorga uxória. Suprimento judicial. Sanções. Prazos prescritivos. Tendência moderna à equiparação dos cônjuges.
11. DIREITOS E DEVERES DA MULHER: O poder doméstico. Capacidade civil da mulher casada. Atos dependentes da autorização marital. Suprimento. Liberdade de agir e autorização presumida. O exercício de profissão lucrativa. Administração da sociedade conjugal.
12. REGIME DE BENS ENTRE OS CÔNJUGES: Características. Regimes convencionais e legais. Pacto antenupcial: conceito, natureza e forma. Estipulação.
13. REGIME DA COMUNHÃO UNIVERSAL: Conceito e natureza jurídica. Patrimônio comum. Bens incommunicáveis. Administração da comunhão. Imputação de dívida na meação. Dissolução da comunhão. Comunicabilidade dos frutos.
14. REGIME DA COMUNHÃO PARCIAL: Conceito. Inovação da Lei nº 6.515. Coexistência de três patrimônios. Bens particulares. Bens que compõem o patrimônio comum. Administração dos bens.
15. REGIME DA SEPARAÇÃO DE BENS: Conceituação. Formas de separação. Incomunicabilidade das dívidas. Comunicação dos aqüestos. Contribuição para os encargos da família. Administração.
16. REGIME DOTAL: Noção e elementos. Constituição do dote. Pactos permitidos. Direitos e deveres do marido. Dívidas. Restituição e separação do dote. Doações entre cônjuges.
17. DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE CONJUGAL: Noções gerais. Desquite e separação. Casos e efeitos. Separação judicial a pedido de um dos cônjuges. Conduta desonrosa. Grave violação dos deveres do casamento. Ruptura da vida em comum. Grave doença mental. Regime do Código Civil e da Lei nº 6.515. Separação consensual. Generalidades e requisitos. Processo. Restabelecimento da sociedade conjugal.
18. DISSOLUÇÃO DO VÍNCULO CONJUGAL: Divórcio. Notícia histórica. A Emenda Cons-

- titucional nº 9. A Lei nº 6.515. Divórcio remédio e divórcio sanção. Requisitos. Divórcio direto e indireto. Alimentos devidos. Efeitos. Processo. Restabelecimento do vínculo conjugal.
19. PROTEÇÃO DA PESSOA DOS FILHOS: Generalidades. As hipóteses de separação consensual, judicial, divórcio, anulação de casamento e separação de fato. Direito de visita.
 20. PARENTESCO: Generalidades. Conceito e espécies. Consangüinidade e adoção. Parentesco no Direito Canônico. Linhas e graus. Afinidade.
 21. FILIAÇÃO LEGÍTIMA: Filiação em geral. Prova da filiação legítima. Ação de filiação legítima. Legitimação. Conceito, espécies, natureza jurídica, efeitos e extensão.
 22. FILIAÇÃO ILEGÍTIMA: Reconhecimento dos filhos ilegítimos. Conceito e classificação da filiação ilegítima. Modos de reconhecimento. Disposições Legais. Investigação de paternidade. Efeitos do reconhecimento. Investigação de maternidade. Filiação no casamento nulo e anulável.
 23. PARENTESCO CIVIL: Adoção. Evolução Histórica. Visão crítica. Requisitos. Forma. Disposições legais. Extinção. Efeitos pessoais e sucessórios. Prescrição. Legitimação adotiva. Pressupostos, requisitos, forma e efeitos.
 24. PÁTRIO PODER: Formação histórica. Conceito e caracteres. Relações decorrentes do pátrio poder. Pessoa e bens dos filhos. Extinção, perda e suspensão do pátrio poder.
 25. ALIMENTOS: Generalidades. Conceito e espécies. Fontes da obrigação alimentar. Quem pode reclamar e de quem podem ser exigidos os alimentos. Pressupostos. Natureza. Características. Modalidades. Alimentos provisionais ou *in litem*. Ação de alimentos. Correção monetária. Execução da obrigação alimentar. Coerção.
 26. TUTELA: Evolução histórica. Conceito e espécies. Incapacidade de exercício. Escusa. Garantia da tutela. Exercício da tutela. Bens dos órfãos. Prestação de contas. Tutela de menores abandonados. Cessação da tutela.
 27. CURATELA: Conceituação. Diferença da tutela. Espécies de curatela. Curatela dos psicopatas, surdos-mudos, toxicômanos e pródigos. Legitimação ativa para requerer a interdição. Processo. Atribuições do curador. Quem pode ser curador. Curadoria prorrogada. Curatela do nascituro.
 28. AUSÊNCIA: Conceito. Curadoria do ausente. Imissão na posse dos bens do ausente. Sucessão provisória. Sucessão definitiva. Efeitos no Direito da Família.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

DEPARTAMENTO DE DIREITO E PROCESSO CIVIL E COMERCIAL

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL - DIREITO DAS SUCESSÕES(IX)

CÓDIGO: DIC 111

CARGA HORÁRIA: 60 horas/aula

CRÉDITOS: 4

P R O G R A M A

1. CONCEITO, FUNDAMENTO E CRÍTICA DO DIREITO DAS SUCESSÕES: Conceito. Acepções da palavra sucessão. Evolução histórica. Fundamento. Direito de Propriedade, Direito de Família. Função econômico-social da herança. Crítica. Influência da socialização do Direito Privado. Tendência Moderna.
2. TEORIA DA TRANSMISSÃO HEREDITÁRIA: Abertura da sucessão. Sucessão legítima e testamentária. Proibição de pactos sucessórios. Transmissão da herança: requisitos: Comoriência, Herdeiro legítimo, herdeiro testamentário, legatário. Capacidade sucessória. Sucessões irregulares. Lugar do inventário. Nomeação e posse do inventariante. Indivisibilidade da herança.
3. DEVOLUÇÃO DA HERANÇA: Aceitação ou adição. Espécies. Renúncia. Destino da quota do herdeiro renunciante. Retratação. Responsabilidade pelas dívidas.
4. HERANÇA JACENTE: Conceito e natureza jurídica. Casos de jacência. Vacância da herança. Efeitos. Disposições processuais. Arrecadação de bens vagos.
5. CAPACIDADE SUCESSÓRIA: Noções gerais. Indignidade e deserdação. Conceito e fundamentos da indignidade. Casos. Procedimento. Reabilitação. Efeitos. Prescrição. Os atos herdeiro aparente. Capacidade sucessória das pessoas jurídicas.
6. VOCAÇÃO DOS HERDEIROS LEGÍTIMOS: Introdução. Ordem da vocação hereditária. Descendentes. Filhos espúrios. Filhos adotivos. Ascendentes. Os demais herdeiros legítimos: cônjuge sobrevivente, colaterais. Estado. A concubina no Direito Sucessório.
7. DIREITO DE REPRESENTAÇÃO: Conceito. Fundamento e requisitos. Representação

na linha descendente e colateral. Efeitos. Representação do renunciante.

8. SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA: Noções Gerais. Conceito. Capacidade testamentária ativa. Liberdade de testar. Testamento: noções históricas e objeto. Formas de testamento. Captação de vontade. Testamento conjuntivo.
9. FORMAS ORDINÁRIAS DE TESTAMENTO: As três formas. Testamento público: conceito e requisitos. Testamento cerrado: conceito e requisitos. Testamento particular: conceito e requisitos. Testemunhas testamentárias.
10. CODICILOS: Conceito e origem histórica. Finalidades. Autonomia. Forma. Cláusula codicilar. Revogação.
11. FORMAS ESPECIAIS DE TESTAMENTO: Função e crítica. Testamento marítimo: formas. Testamento militar: formas. Testamento nuncupativo. Validade dos testamentos especiais.
12. DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS: Generalidades. Nomeação de herdeiros e legatários. Modalidades. Interpretação das cláusulas testamentárias. Nulidades e anulabilidades. Rateio da herança. Cláusula de inalienabilidade.
13. LEGADOS: Noções gerais. Sujeitos: disponente e legatário. Objeto: coisa alheia, coisa do herdeiro ou do legatário, coisa comum, coisa móvel, coisa singularizada e legado de universalidade, coisa ou quantidade localizada, crédito ou quitação de dívida, alimentos, usufruto. Outros legados.
14. AQUISIÇÃO, EFEITOS E EXTINÇÃO DOS LEGADOS: Momento da aquisição. Aceitação. Direito de pedir o legado. Frutos e juros. Renda ou pensão periódica. Escolha. Pagamento. Despesas e riscos. Encargos e acessórios. Extinção, Prescrição. Caducidade: transformação, alienação, perecimento, evicção, indignidade, premoriência. Outras causas: adenção, translação. Garantia.
15. DIREITO DE ACRESCER: Noções gerais. Vocação conjunta de herdeiros ou legatários. Fundamentos. Espécies. Direito de acrescer entre co-herdeiros e co-legatários. Regime de usufruto.
16. CAPACIDADE TESTAMENTÁRIA PASSIVA: Generalidades. Momento a considerar. Incapacidade absoluta e relativa. Nulidades das disposições em favor de incapazes. Simulação de contrato e interposição de pessoa.
17. HERDEIROS NECESSÁRIOS: Noções gerais. Legítima e porção disponível. Cláusulas restritivas: inalienabilidade, incomunicabilidade, impenhorabilidade. Insubrogação. Conversão e administração. Exclusão do cônjuge e dos colaterais.

18. REDUÇÃO DAS DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS: Generalidades. Origem histórica. Ordem das reduções. Legado de prédio indivisível. Instituição tácita.
19. SUBSTITUIÇÕES: Conceito e espécies. Substituição vulgar, pupilar e quase-pupilar ou exemplar. Substituição recíproca. Substituição fideicomissária. Fideicomisso: conceito e origem histórica. Críticas. Direitos e deveres oriundos do fideicomisso.
20. DESERDAÇÃO: Conceito. Pressupostos. Comprovação. Casos. Efeitos. Substituição do deserdade.
21. REVOGAÇÃO DOS TESTAMENTOS: Conceito. Faculdades de revogação. Classificação: revogação expressa e tácita, total e parcial, presumida ou legal. Superveniência de filho sucessível. Ruptura e herdeiros necessários.
22. TESTAMENTEIRO: Testamentaria. Natureza jurídica. Testamenteiro. Nomeação. Aceitação. Atribuições, direitos e deveres. Vintena. Destituição.
23. INVENTÁRIO: Generalidades. Conceito. Natureza jurídica da inventariança. Remoção do inventariante. Termo. Avaliação. Declarações finais. Prestação de contas. Inventário negativo. Arrolamento.
24. PARTILHA: Comunão incidente, caracteres. Conceito e espécies. Partilha em vida. Regras. Efeitos. Formal de partilha. Sobrepartilha. Nulidade de partilha. Incorreções.
25. SONEGADOS: Generalidades e conceito. Pena Civil. Pessoas sujeitas. Omissão dolosa. Caracterização. Ação de sonegados. Prescrição. Efeitos. Momento da arguição.
26. COLAÇÕES: Conceito. Fundamento. Natureza. Espécies. Dispensa. Disposições legais. Modos. Valor dos bens doados. A regra nova do Código de Processo Civil.
27. PAGAMENTO DAS DÍVIDAS: Encargos por que responde a herança. Benefício de inventário. Habilitação de crédito. Ação regressiva. Discriminação de patrimônio. Dívida do herdeiro.
28. GARANTIA DOS QUINHÕES HEREDITÁRIOS: Efeito declaratório da partilha. Responsabilidade ulterior. Fracionamento. Legatário. Usufrutuário. Evicção.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

DEPARTAMENTO DE DIREITO E PROCESSO CIVIL E COMERCIAL

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL I

CÓDIGO: DIC 116

CARGA HORÁRIA: 60 horas/aula

CRÉDITOS: 4

P R O G R A M A

1. DIREITO PROCESSUAL CIVIL - Conceito. Autonomia. Finalidade. Relações com os demais ramos do Direito.
2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL - Histórico do Direito Processual Civil no Brasil. Bibliografia.
3. LEI PROCESSUAL - Fontes. Aplicação da lei processual no tempo. Aplicação da lei processual no espaço. Interpretação da lei processual.
4. PROCESSO - Conceito. Natureza Jurídica. Relação Processual. Processo e procedimento. Sistemas processuais: procedimento oral; procedimento escrito. Princípios gerais do processo.
5. AÇÃO - Conceito. Natureza jurídica. Condições da Ação. Elementos da ação. Classificação das ações. Concurso e acumulação de ações.
6. JURISDIÇÃO - Conceito. Espécies.
7. ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA - Órgãos do Poder Judiciário Brasileiro. Organização Judiciária de Minas Gerais.
8. JUIZ - Seleção. Garantias. Poderes. Deveres. Responsabilidades.
9. MINISTÉRIO PÚBLICO - Organização. Funções no Processo Civil.
10. ADVOGADO - Provisionados. Estagiários. Regulamentação Profissional.
11. SERVENTUÁRIOS E AUXILIARES DA JUSTIÇA.

12. PARTES - Conceito. Capacidade. Representação. Substituição. Deveres e responsabilidades.
13. LITISCONSÓRCIO - Conceito. Natureza.
14. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS - Intervenção espontânea. Intervenção provocada. Assistência. Oposição. Nomeação à autoria. Denúnciação à lide. Chamamento ao processo. Noções sobre outras formas de intervenção.
15. COMPETÊNCIA - Conceito. Critérios de determinação. Modificação da Competên - cia.

* * * *

*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

DEPARTAMENTO DE DIREITO E PROCESSO CIVIL E COMERCIAL

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL II

CÓDIGO: DIC 117

CARGA HORÁRIA: 60 horas/aula

CRÉDITOS: 4

P R O G R A M A

1. ATOS PROCESSUAIS - Atos processuais dos órgãos judiciários. Atos processuais das partes. Forma dos atos processuais. Tempo e lugar dos atos. Preclusão. Nulidades.
2. DESPESAS JUDICIAIS - Multas. Assistência judiciária.
3. FORMAÇÃO DO PROCESSO - Formação do Processo. Suspensão do Processo. Extinção do Processo.
4. PROCEDIMENTO - Conceito. Espécies.
5. PETIÇÃO INICIAL - Pedido. Valor da Causa.
6. CITAÇÃO - Conceito. Formas. Efeitos. Intimações.
7. CONTESTAÇÃO
8. EXCEÇÕES
9. RECONVENÇÃO
10. REVELIA - Conceito. Efeitos.
11. JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO - Julgamento conforme o estado do Processo. Saneamento do Processo.
12. PROVA - Objeto de prova. Meios de prova. Ônus da Prova. Procedimento.
13. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO - A Audiência de instrução e julgamento.

Conciliação.

14. SENTENÇA - Requisitos. Espécies de sentença. Efeitos da sentença.

15. COISA JULGADA - Conceito. Limites da Coisa julgada.

16. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

17. AÇÃO DECLARATÓRIA - Ação declaratória principal. Ação declaratória secundária (incidente).

18. PROCESSO CAUTELAR - Conceito. Espécies.

19. AÇÃO RESCISÓRIA

* * * *

*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

DEPARTAMENTO DE DIREITO E PROCESSO CIVIL E COMERCIAL

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL III

CÓDIGO: DIC 118

CARGA HORÁRIA: 60 horas/aula

CRÉDITOS: 4

P R O G R A M A

1. RECURSOS - Princípios Gerais. Recurso adesivo.
2. APELAÇÃO
3. AGRAVO DE INSTRUMENTO
4. EMBARGOS INFRINGENTES
5. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
6. RECURSO EXTRAORDINÁRIO - Recurso Ordinário Constitucional: regulamentação.
7. DA UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA
8. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE
9. HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA
10. PROCESSO DE EXECUÇÃO - Princípios Gerais. Partes. Competência para a execução.
11. TÍTULO EXECUTIVO - Responsabilidade patrimonial. Fraude à execução.
12. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA
13. EXECUÇÃO PARA A ENTREGA DA COISA
14. EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E DE NÃO FAZER
15. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE. Conceito. Citação. Penhora e depósito. Avaliação.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

DEPARTAMENTO DE DIREITO E PROCESSO CIVIL E COMERCIAL

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV

CÓDIGO: DIC 119

CARGA HORÁRIA: 60 horas/aula

CRÉDITOS: 4

P R O G R A M A

1. ARREMATACÃO
2. ADJUDICAÇÃO
3. REMIÇÃO
4. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA - Execução contra a Fazenda Pública e de Prestação Alimentícia.
5. EMBARGOS DE DEVEDOR - Conceito. Matéria de defesa.
6. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA - Execução por quantia certa contra devedor insolvente.
7. JUIZO ARBITRAL
8. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS - Classificação. Ação de consignação em pagamento.
9. MANDADO DE SEGURANÇA
10. AÇÕES POSSESSÓRIAS
11. AÇÕES DE DESPEJO
12. AÇÃO DE DIVISÃO
13. AÇÃO DE DEMARCAÇÃO
14. INVENTÁRIO E PARTILHA
15. EMBARGOS DE TERCEIROS
16. OUTROS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

DEPARTAMENTO DE DIREITO E PROCESSO CIVIL E COMERCIAL

DISCIPLINA: PRÁTICA FORENSE - PROCESSO CIVIL

CÓDIGO: DIC 120

CARGA HORÁRIA: 30 horas/aula

CRÉDITOS: 2

P R O G R A M A

1. O Advogado e seu escritório. Bibliografia. Repertório de Jurisprudência. Material indispensável. Impressos. O que devem conter os impressos do advogado. Como seguir o expediente forense.
2. Linguagem forense. Estilo forense. Exposição escrita e verbal. Formas de exposição. Oportunidades.
3. Cliente: primeiros contatos. Categorias de clientes. Como ouvi-los. Anotações indispensáveis. Documentação necessária.
4. Honorários profissionais. Quando e como fixá-los. Honorários contratados e honorários provenientes de condenação judicial. Contrato de honorários profissionais. Modelos. Como cobrá-los.
5. Procuração *ad judicium* e *extra judicium*. Poderes especiais. Procurações por instrumento público e procurações por instrumento particular. Minuta para cartório. Modelos e exercícios de elaboração.
6. Como estudar o caso concreto. Exercícios.
7. Conceitos básicos. Recapitulação. Ação própria. Procedimento adequado.
8. Pressupostos processuais e condições da ação.
9. Petição inicial. Requisitos. Ajuizamento de uma causa.
10. Taxa judiciária. Como e onde pagá-la. Distribuição. Despachos do Juiz. Contatos iniciais com o Cartório e com o Oficial de Justiça.

11. Mandado e contra-fé. O que deve conter. Carta precatória, edital, alvará, laudo, auto, cópias. Modelos.
12. Autos autuação, registro e organização. Termos: certidões, remessa, conclusão, recebimento, juntada, vista, promoção. Projeção de modelos.
13. Resposta do Réu. Hipóteses. Contestação. Preliminares e mérito. O princípio da eventualidade. Reconvenção. Exceções processuais. Impugnação do valor da causa.
14. O julgamento conforme o estado do processo. Hipóteses.
15. Provas. Protesto. Especificação. Precatória. A perícia e seu procedimento. Rol de testemunhas. Oportunidade.
16. Conciliação: oportunidades. A posição do Juiz, e dos advogados e das partes. A audiência e seu desenvolvimento. Instrução. Debates (memoriais). Julgamento.
17. Sentença. Requisitos.
18. Liquidação. Hipóteses. Procedimentos.
19. Recursos. Hipóteses. Requisitos. Procedimentos.
20. Execução. Hipóteses. Requisitos. Procedimentos.
21. Embargos do devedor.
22. Processo cautelar. Hipóteses. Procedimentos.
23. Procedimentos especiais. Alvará.
24. Hipóteses de intervenção de terceiros.

OBSERVAÇÕES:

1a. As aulas, sempre que possível, devem ser completadas com casos práticos, exercícios, elaboração de peças e pesquisas jurisprudenciais;

2a. O professor da disciplina provará contatos e debates com juizes, advogados e membros do Ministério Público.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

DEPARTAMENTO DE DIREITO E PROCESSO CIVIL E COMERCIAL

DISCIPLINA: DIREITO COMERCIAL I

CÓDIGO: DIC 112

CARGA HORÁRIA: 60 horas/aula

CRÉDITOS: 4

P R O G R A M A

1. FORMAÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO COMERCIAL.
2. AUTONOMIA DO DIREITO COMERCIAL. SUA NATUREZA.
3. CONTEÚDO E OBJETO DO DIREITO COMERCIAL. O ATO DE COMÉRCIO E A MATÉRIA COMERCIAL.
4. FONTES DO DIREITO COMERCIAL.
5. O DIREITO DAS EMPRESAS. OS NOVOS RUMOS DO DIREITO COMERCIAL.
6. DO EMPRESÁRIO
 - 6.1 Caracterização
 - 6.2 Capacidade
 - 6.3 Nome do empresário
7. ESTABELECIMENTO. FUNDO DE COMÉRCIO.
8. OBRIGAÇÕES DO EMPRESÁRIO
 - 8.1 Registro
 - 8.2 Livros obrigatórios. Força probante dos livros comerciais
 - 8.3 Escrituração. Princípios de Contabilidade. Balanço e conta de lucros e perdas
9. SOCIEDADES EMPRESÁRIAS
 - 9.1 Noções gerais
 - 9.2 Personalidade jurídica

- 9.3 O contrato de sociedade empresária
- 9.4 Classificações e características das sociedades empresárias
- 9.5 O nome das sociedades
- 9.6 A figura dos sócios. Direitos e obrigações
- 9.7 A gerência ou administração

10. A SOCIEDADE POR QUOTAS, DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

- 10.1 Características
- 10.2 Constituição
- 10.3 Direitos e obrigações dos sócios
- 10.4 Administração social

* * * *

*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

DEPARTAMENTO DE DIREITO E PROCESSO CIVIL E COMERCIAL

DISCIPLINA: DIREITO COMERCIAL II

CÓDIGO: DIC 113

CARGA HORÁRIA: 60 horas/aula

CRÉDITOS: 4

P R O G R A M A

1. CARACTERÍSTICAS DA SOCIEDADE ANÔNIMA.
2. FUNDAÇÃO DA SOCIEDADE ANÔNIMA. REQUISITOS E FORMALIDADES PRELIMINARES.
3. FORMAS E CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE ANÔNIMA.
4. ESTRUTURA FINANCEIRA DA SOCIEDADE ANÔNIMA. A FORMAÇÃO DO CAPITAL. AUMENTO DE CAPITAL.
 - 4.1 Subscrição pública. Oferta pública de títulos e valores mobiliários
 - 4.2 Sociedades de capital autorizado
 - 4.3 Sociedades anônimas de capital aberto
 - 4.4 Debêntures
 - 4.5 Partes beneficiárias
5. A AÇÃO E O ACIONISTA. ESPÉCIES DE AÇÕES.
6. A SITUAÇÃO JURÍDICA DO ACIONISTA. DIREITOS E OBRIGAÇÕES.
7. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA SOCIEDADE ANÔNIMA. ASSEMBLÉIAS GERAIS. CONSELHO FISCAL. ADMINISTRAÇÃO SOCIAL.
8. A VIDA SOCIAL. O EXERCÍCIO SOCIAL E A REPARTIÇÃO DOS BENEFÍCIOS. O BALANÇO E AS RESERVAS.
9. MODIFICAÇÕES DAS SOCIEDADES. TRANSFORMAÇÃO, INCORPORAÇÃO, FUSÃO E CISÃO. A SITUAÇÃO DOS CREDORES.
10. DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DAS SOCIEDADES MERCANTIS.
11. AGRUPAMENTOS DE CAPITAL. TRUSTE. CARTEL. HOLDING. OUTROS TIPOS DE CONCENTRAÇÃO.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

DEPARTAMENTO DE DIREITO E PROCESSO CIVIL E COMERCIAL

DISCIPLINA: DIREITO COMERCIAL III - TÍTULOS DE CRÉDITO

CÓDIGO: DIC 114

CARGA HORÁRIA: 60 horas/aula

CRÉDITOS: 4

P R O G R A M A

1. DOS TÍTULOS DE CRÉDITO EM GERAL: Conceito - Elementos e características - Classificação - Espécies.
2. DECLARAÇÕES CAMBIAIS: Conceito - Espécies - Funções e efeitos - Classificação.
3. LETRA DE CÂMBIO E NOTA PROMISSÓRIA: Conceito e origem - Características - Figuras intervenientes - Requisitos - Legislação aplicável.
4. LEI UNIFORME DE GENEVRA: Histórico - Vigência e aplicação no Brasil - Defeitos de tradução do texto original - Posição da Doutrina - Reservas - Dec. 2.044 de 1908 e a L.U.G.
5. CRIAÇÃO DO TÍTULO DE CRÉDITO: Criação e emissão - Requisitos essenciais e não essenciais na letra de câmbio e na nota promissória - Registro, sua obrigatoriedade e efeitos.
6. ACEITE: Conceito e requisitos - Apresentação: prazo e lugar - Cláusula impeditiva da apresentação - Aceite qualificado - Aceite por intervenção - Falta e recusa do aceite e sua prova - Efeitos do aceite.
7. ENDOSSO: Conceito, origem e requisitos - Espécies - Endosso mandato e pignoratício - Endosso póstumo - Endosso sem garantia - Circulação sem endosso.
8. AVAL: Conceito, origem e requisitos - Distinção entre aval, fiança e endosso Co-avalistas: avalistas simultâneos e avalistas sucessivos - Aval posterior ao vencimento e aval antecipado - Direitos do avalista.
9. VENCIMENTO: Conceito - Vencimento ordinário - Vencimento extraordinário - Efeitos - Vencimento extraordinário de título avalizado: situação do avalista.

10. PAGAMENTO: Conceito - Época do pagamento - Apresentação para pagamento - Pagamento total, parcial e por intervenção - Pagamento extintivo e recuperatôrio - Quitação e entrega do título - Efeitos do pagamento - Ressaque.
11. PROTESTO: Conceito - Modalidades - Efeitos - Sustação e anulação do protesto.
12. MULTIPLICAÇÃO DOS TÍTULOS: Justificação - Duplicata e cópia - Posição do sacado na duplicata - Alteração no texto - Efeitos.
13. ANULAÇÃO: Justificação - Lei aplicável - Procedimento e efeitos da sentença.
14. AÇÃO CAMBIAL: Conceito - Ação direta e ação de regresso - Defesas do réu: direito pessoal, defeito de forma do título e falta de requisitos necessários ao exercício da ação - Exceções judiciais - Prescrição da ação cambial - Interrupção da prescrição - Ação de locupletamento.
15. CHEQUE: Noção e origem - Requisitos - Prazo de apresentação - Cheque marcado, cruzado, comprado e de viagem - Cheque sem fundos - Responsabilidade pelo papamento - Circulação do cheque - Aval no cheque - Prescrição da ação de cobrança.
16. DUPLICATA: Noção e origem - Requisitos - Vencimento e pagamento - Apresentação para aceite - Endosso - Protesto - Execução do sacado - Falência e duplicata sem aceite - Aval antecipado - Prescrição da ação de cobrança.
17. CONHECIMENTO DE FRETE OU DE TRANSPORTE: Conceito - Regime legal - Circulação: endosso, conhecimento "não a ordem" e conhecimento ao portador - Perda ou extravio do conhecimento.
18. CONHECIMENTO DE DEPÓSITO E "WARRANT": Conceito - Requisitos essenciais - Circulação - Efeitos do endosso - Direitos e obrigações do portador e dos endossadores - Protesto e ação contra os endossadores - Perda do título.

* * * *

*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

DEPARTAMENTO DE DIREITO E PROCESSO CIVIL E COMERCIAL

DISCIPLINA: DIREITO COMERCIAL - FALÊNCIA E CONCORDATA(IV)

CÓDIGO: DIC 115

CARGA HORÁRIA: 60 horas/aula

CRÉDITOS: 4

P R O G R A M A

1. GENERALIDADES

Execução voluntária e execução forçada

Execução singular e execução concursal e execução coletiva

Falência - noção histórica. Etimologia. Definição.

2. NATUREZA JURÍDICA DA FALÊNCIA E SEUS PRINCÍPIOS INFORMATIVOS

3. PRESSUPOSTOS

Empresário comercial individual

Empresário comercial coletivo

Insolvência: sistemas determinantes

4. PROCEDIMENTO FALIMENTAR

a) Juízo e sua determinação

Legitimação ativa

Legitimação passiva

Excluídos da falência

Ministério Público

b) Caracterização do estado falimentar

c) Postulação e documentação

d) Defesa e fase probatória

e) Sentença: natureza jurídica - elementos - termo legal - síndico - publicidade.

f) Recursos: apelação - agravo de instrumento - embargo

5. EFEITOS JURÍDICOS DA SENTENÇA DE FALÊNCIA

- a) Quanto à pessoa do falido: deveres, direitos, remuneração, interdição da atividade mercantil, prosseguimento da atividade, locomoção, prisão.
- b) Quanto aos bens: desapossamento, administração, disponibilidade - bens supervenientes - bens excluídos.
- c) Quanto aos credores: representação - ações e execuções - vencimento antecipado dos créditos - suspensão dos juros - formação da massa credora - exclusão.
- d) Quanto aos contratos: bilaterais - unilaterais - regras especiais relativas a certos contratos.
- e) Da revogação dos atos.

6. DA ADMINISTRAÇÃO DA MASSA FALIDA: Juiz, Ministério Público, síndico.

Deveres: arrecadação, administração, venda a tempo ou antecipada.
Direitos: remuneração. Substituição e destituição.

7. PEDIDOS DE RESTITUIÇÃO E EMBARGOS DE TERCEIRO

8. VERIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS CREDORES: Processamento: natureza jurídica. Recursos. Ação de revisão: natureza jurídica - rescisória ou revisória.

9. INQUÉRITO JUDICIAL: noções gerais - relatório do síndico - procedimento.

10. REALIZAÇÃO DO ATIVO

Liquidatário - direitos e deveres
Formas de realização: geral e especiais

11. PAGAMENTO DO PASSIVO

Credores da massa falida
Credores do falido

12. ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA: sentença e natureza jurídica. Extinção das obrigações: modos e forma. Procedimento. Publicidade.

13. CONCORDATA - Conceito - Natureza jurídica - Tipos - Espécies

14. PROCESSAMENTO

Determinação do juízo
Legitimação ativa e legitimação passiva
Pressupostos e condições

Despacho inicial: natureza jurídica

Embargos - natureza jurídica

Fase probatória

Sentença e efeitos

Recursos

15. DENEGAÇÃO E CONSEQUÊNCIAS

16. RESCISÃO

Processamento - *ex officio* ou a requerimento

Sentença - efeitos.

Recurso

17. CUMPRIMENTO DA CONCORDATA

Sentença e efeitos

18. CRIMES FALIMENTARES

19. FALENCIA, CONCORDATA E DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

20. DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS DA LEI FALENCIAL.

* * * *

*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

DEPARTAMENTO DE DIREITO E PROCESSO PENAL

DISCIPLINA: DIREITO PENAL I

CÓDIGO: DIN 101

CARGA HORÁRIA: 60 horas/aula

CRÉDITOS: 4

P R O G R A M A

1. IMPORTÂNCIA DO DIREITO PENAL

1.1 Conceito do Direito Penal

1.1.1 Direito Penal como Direito Público

1.2 Método

1.3 Ciências auxiliares

1.3.1 Direito Penal e Criminologia

1.3.2 Medicina Legal

1.3.3 Psiquiatria Forense

1.3.4 Psicologia Judiciária

1.3.5 Polícia Científica

1.4 Relações do Direito Penal com outras disciplinas jurídicas

2. NORMA PENAL

2.1 Conceito

2.2 Finalidade

2.2.1 Proteção de bens ou valores da vida individual e da vida coletiva

2.3 Técnica

2.4 O preceito implícito

2.5 Normas incriminadoras e não incriminadoras

3. FONTES DO DIREITO PENAL

3.1 Fontes de produção ou materiais

3.2 Fontes de conhecimento ou formais

3.2.1 Fonte imediata: a lei

3.2.2.1 O costume nas normas não incriminadoras

3.2.2.2 O costume como elemento de interpretação nas normas não in
criminadoras

3.3 Norma Penal em branco

3.4 Princípio da legalidade dos crimes e das penas

4. INTERPRETAÇÃO DA NORMA PENAL

4.1 Elementos de interpretação

4.1.1 Lingüístico

4.1.2 Lógico

4.1.3 Histórico

4.1.4 Sociológico

4.2 Interpretação segundo a procedência

4.2.1 Legislativa

4.2.2 Judicial

4.2.3 Doutrinária

4.3 Interpretação segundo os resultados

4.3.1 Declarativa

4.3.2 Extensiva

4.3.3 Restritiva

4.4 Interpretação e analogia

5. LIMITES DE VALIDADE DA NORMA PENAL NO ESPAÇO

5.1 Princípios de delimitação

5.1.1 Territorialidade

5.1.2 Nacionalidade

5.2 Defesa e justiça penal universal

6. CRIMES PRATICADOS NO TERRITÓRIO DO PAÍS

6.1 Conceito jurídico de Território

6.1.1 Terra firme e águas territoriais

6.1.2 Espaço aéreo

6.1.2.1 Navios e aeronaves públicos e privados

6.2 Lugar dos crimes

6.2.1 Teorias a respeito

7. CRIMES PRATICADOS NO ESTRANGEIRO

7.1 Aplicação dos diversos princípios de delimitação

7.2 Imunidades diplomáticas e imunidades parlamentares

8. EXTRADIÇÃO

8.1 Conceito e natureza jurídica

8.2 Fontes das normas de extradição

8.3 Condições para requerer a extradição

8.3.1 Quanto ao estado

8.3.2 Quanto à pessoa

8.3.3 Quanto à natureza da infração

9. LIMITES DA VALIDADE DA NORMA PENAL QUANTO AO TEMPO

9.1 Retroatividade da lei mais benigna

9.2 Irretroatividade da lei mais severa

9.2.1 A lei mais benigna

9.3 Lei intermediária

9.4 Lei temporária

9.5 Crimes permanentes e continuados

9.6 Medidas de segurança

9.7 Tempo do crime

9.7.1 Teorias a respeito

9.8 Concurso aparente de normas

9.8.1 Princípios de especialidade, consunção e subsidiariedade

10. DO FATO PUNÍVEL

10.1 Conceito formal

10.2 Conceito material

10.3 Conceito analítico do crime

10.3.1 Ação

10.3.2 Tipicidade

10.3.3 Antijuridicidade

10.3.4 Culpabilidade

11. AÇÃO

11.1 Conceito e elementos

11.2 Processo interno da vontade

11.2.1 atuação da vontade no mundo exterior

11.2.1.1 por meio de um fazer (ação propriamente dita)

11.2.1.2 por um não fazer (omissão)

11.3 Resultado da ação

11.4 Teoria finalista da ação

11.5 Ação e omissão

11.6 Exclusão do crime por ausência de ação

12. TIPO E TIPICIDADE

12.1 Estrutura e elementos do tipo

12.1.1 O verbo

12.1.2 Sujeito ativo e sujeito passivo

12.1.3 Sujeito passivo geral e especial

12.2 Objeto material e objeto jurídico

12.3 Circunstâncias do tipo

12.4 Elementos subjetivos do tipo

12.4 Ausência de tipicidade

13. ANTIJURIDICIDADE

13.1 Conceito

13.2 Antijuridicidade formal e material

14. CAUSAS DE EXCLUSÃO DA ANTIJURIDICIDADE

14.1 Legítima defesa

14.2 Requisitos

14.3 A chamada legítima defesa putativa

14.4 Excesso na legítima defesa

15. ESTADO DE NECESSIDADE

15.1 Condições para o seu reconhecimento

15.2 O dever legal de enfrentar o perigo

15.3 Exigibilidade do sacrifício do direito ameaçado

16. ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL

16.1 Conceito

16.2 Excesso

17. EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO

17.1 Conceito

17.2 Defesas predispostas, intervenções médicas e cirúrgicas, violência esportiva

17.3 O consentimento do ofendido

17.4 Disponibilidade de alguns bens jurídicos

18. IMPUTABILIDADE

18.1 Os doentes mentais, os menores, a embriaguez

18.2 Teoria do *actio libera in causa*

18.3 A exigência de um momento de culpabilidade

18.3.1 Embriaguez pré-ordenada, habitual, voluntária, culposa, proveniente de caso fortuito ou força maior

19. CULPABILIDADE

19.1 Concepção psicológica e concepção normativa

19.2 Elementos da culpabilidade

19.3 Imputabilidade

19.4 Elemento psicológico-normativo

19.4.1 Dolo

- 19.4.2 Culpa
- 19.5 Exigibilidade de comportamento conforme ao Direito
- 19.6 Reprovabilidade
- 19.7 Causas de exclusão da culpabilidade
 - 19.7.1 Inimputabilidade
 - 19.7.2 Erro de fato
 - 19.7.3 Coação irresistível
 - 19.7.4 Ordem não manifestamente ilegal de superior hierárquico
- 19.8 Não exigibilidade de outra conduta.

* * * *

*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

DEPARTAMENTO DE DIREITO E PROCESSO PENAL

DISCIPLINA: DIREITO PENAL II

CÓDIGO: DIN 102

CARGA HORÁRIA: 60 horas/aula

CRÉDITOS: 4

P R O G R A M A

1. DIVISÃO DOS FATOS PUNÍVEIS

1.1 Os crimes segundo a sua gravidade

- 1.1.1 Crimes de comissão, de omissão e de comissão por omissão
- 1.1.2 Crimes instantâneos, permanentes e continuados
- 1.1.3 Crimes materiais e formais
- 1.1.4 Crimes de dano e crimes de perigo
- 1.1.5 Crimes comuns e crimes especiais ou próprios
- 1.1.6 Crimes dolosos e culposos
- 1.1.7 Crimes políticos

2. FASES DE REALIZAÇÃO DO CRIME

- 2.1 Tentativa de crime e crime consumado
- 2.2 Fases: cogitação, preparação e início de execução
- 2.3 Dolo na tentativa
- 2.4 Crimes que não admitem tentativa
- 2.5 Punibilidade da tentativa
 - 2.5.1 Teoria subjetiva e objetiva
- 2.6 Desistência voluntária e arrependimento eficaz
- 2.7 Crime impossível

3. FORMAS DE REALIZAÇÃO DO FATO PUNÍVEL

- 3.1 Unidade e pluralidade de agentes
 - 3.1.1 Teorias pluralista e unitária ou monista
- 3.2 Formas de co-delinquência
 - 3.2.1 Autoria e participação em sentido estrito
- 3.3 Formas da participação por instigação: mandato, comando, conselho, ameaça
 - 3.3.1 Desistência do instigador

3.4 Participação por omissão e participação *post-factum*

3.4.1 Participação nas várias espécies de crimes: doloso e culposo

3.5 Culplicidade

3.6 Casos excepcionais: pluralidade de agentes sem co-autoria

3.6.1 Autoria mediata

3.6.2 Agente provocador

3.6.3 Concurso necessário

3.6.4 Multidão criminosa

3.7 Punibilidade

3.7.1 Circunstâncias comunicáveis e incommunicáveis

3.7.2 Participação e medidas de segurança

4. FORMAS DE REALIZAÇÃO DO FATO PUNÍVEL

4.1 Unidade e pluralidade de ação e de realidade

4.2 Concursos de crimes

4.2.1 Concurso material e concurso formal

4.3 Crime continuado

5. DA PENA

5.1 Conceito

5.2 Fundamentos e fins

5.2.1 Prevenção geral e prevenção especial

5.3 Classificação das penas

5.4.2 Sistema de penas do Direito Brasileiro

5.4.2.1 Penas principais e penas acessórias

6. DAS PENAS PRINCIPAIS

6.1 Reclusão, detenção e multa

6.1.1 Superveniência de doença mental

6.1.2 Computação na pena privativa de liberdade do tempo de prisão preventiva e internação em hospital ou manicômio

6.2 A multa

6.2.1 Conversão em detenção

6.2.2 Revogação da conversão

6.2.3 Insolvência absoluta

6.3 A aplicação da pena

6.3.1 Critérios previstos no Art. 42 do Código Penal

6.3.2 Critério especial da pena de multa

6.4 As circunstâncias agravantes

6.4.1 As circunstâncias agravantes no caso de concurso de agentes

6.4.2 A reincidência e seus efeitos

6.5 As circunstâncias atenuantes

6.5.1 A atenuação especial prevista pelo Artigo 48, parágrafo único

6.5.2 Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes

7. A SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA

- 7.1 Conceito
- 7.2 Condições
- 7.3 Efeitos
- 7.4 Revogação
- 7.5 Cumprimento das condições

8. O LIVRAMENTO CONDICIONAL

- 8.1 Conceito
- 8.2 Condições
- 8.3 Conselho penitenciário
 - 8.3.1 Revogação do livramento
 - 8.3.2 Cumprimento das condições

9. AS PENAS ACCESSÓRIAS

- 9.1 Perda da função pública
- 9.2 Interdição de direitos
- 9.3 Momento de incidência dos aumentos e/ou diminuição da pena
- 9.4 Publicação da sentença

10. DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO

- 10.1 Obrigação de indenizar o dano resultante do crime
- 10.2 Perda dos instrumentos do crime e do produto ou do produto auferido

11. AS MEDIDAS DE SEGURANÇA EM ESPÉCIE

- 11.1 Patrimoniais
- 11.2 Pessoais
- 11.3 Interdição e estabelecimento ou de sede de sociedade ou associação e confisco
- 11.4 Medidas de segurança detentivas e não detentivas
 - 11.4.1 Internação em manicômio detentivo e não detentivo
 - 11.4.2 Internação em casa de custódia e tratamento
 - 11.4.3 Internação em colônia agrícola ou em instituto de trabalho e de reeducação ou de ensino profissional
 - 11.4.4 Liberdade vigiada
 - 11.4.5 Proibição de freqüentar determinados lugares
 - 11.4.6 Exílio local

12. DA AÇÃO PENAL

- 12.1 Ação Pública

- 12.2 Ação Privada subsidiária
- 12.3 Representação e Decadência
- 12.4 Renúncia ao direito de queixa e perdão do ofendido

13. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

- 13.1 Causas extintivas da punibilidade
 - 13.1.1 Morte do agente
 - 13.1.2 Anistia, graça e indulto
- 13.2 Lei nova que discrimina o fato

14. PRESCRIÇÃO

- 14.1 Prazos da prescrição
- 14.2 Contagem de prazos: antes e depois da sentença transitada em julgado
- 14.3 Causas impeditivas e interruptivas da prescrição

15. OUTRAS CAUSAS EXTINTIVAS DA PUNIBILIDADE

- 15.1 Perempção e decadência
- 15.2 Renúncia e perdão
- 15.3 Retratação
- 15.4 Casamento do agente com a ofendida
- 15.5 Ressarcimento do dano

16. REABILITAÇÃO

- 16.1 Condições
- 16.2 Revogação e efeitos

* * * *

*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

DEPARTAMENTO DE DIREITO E PROCESSO PENAL

DISCIPLINA: DIREITO PENAL III

CÓDIGO: DIN 103

CARGA HORÁRIA: 60 horas/aula

CRÉDITOS: 4

P R O G R A M A

1. NOÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 Importância
- 1.2 Fundamento político
- 1.3 Sistema de classificação
- 1.4 Visão panorâmica

2. CRIMES CONTRA A PESSOA

- 2.1 Generalidades
- 2.2 Homicídio e suas espécies
- 2.3 Infanticídio
- 2.4 Participação em suicídio
- 2.5 Aborto e suas espécies
- 2.6 Genocídio
- 2.7 Lesão corporal
 - 2.7.1 Espécies e problemática
- 2.8 Periclituação da vida e da saúde
 - 2.8.1 Espécies e problemática
- 2.9 Crimes contra a honra
 - 2.9.1 Honra objetiva e honra subjetiva
 - 2.9.2 Espécies e problemática
- 2.10 Crimes contra a liberdade
 - 2.10.1 Visão de conjunto
 - 2.10.2 Liberdade individual
 - 2.10.2.1 Conceito e espécies de crime
 - 2.10.3 Inviolabilidade de domicílio
 - 2.10.3.1 Violação de domicílio
 - 2.10.4 Inviolabilidade de correspondência
 - 2.10.4.1 Fundamento constitucional e espécies de crime

2.10.5 Inviolabilidade dos segredos

2.10.5.1 Espécies de crime

3. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

3.1 Considerações prévias

3.2 Espécies de crime

3.3 Modalidades do furto

3.4 Roubo e extorsão

3.4.1 Conceituação

3.4.2 Critérios de diferenciação

3.4.3 Formas qualificadas

3.5 Usurpação

3.5.1 Visão sucinta das espécies de crime

3.5.2 Dano

3.5.2.1 Conceituação

3.5.2.2 Modalidades

3.6 Apropriação indébita

3.6.1 Conceito e espécies

3.6.2 A apropriação indébita nas leis especiais

3.7 Estelionato

3.7.1 Conceituação e espécies

3.7.2 A fraude como elemento central das diversas espécies de crime

3.7.3 Atuação abusiva e violação de sigilo de instituição financeira

3.7.3.1 Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964

3.7.4 O estelionato nas leis especiais

3.8 Usura

3.8.1 Conceito e espécies

3.8.2 Agravação da pena

3.9 Receptação

3.9.1 Conceito e espécies

3.9.2 Particularidades

3.10 Disposições gerais

3.10.1 Isenção de pena

3.10.2 Ação penal

* * * *

*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO

DEPARTAMENTO DE DIREITO E PROCESSO PENAL

DISCIPLINA: DIREITO PENAL IV

CÓDIGO: DIN 104

CARGA HORÁRIA: 60 horas/aula

CRÉDITOS: 4

P R O G R A M A

1. CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL

1.1 Visão panorâmica

2. CRIMES CONTRA A LIBERDADE OU ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

2.1 Generalidades

2.2 Visão sucinta das infrações no Código Penal e na Consolidação das Leis do Trabalho

3. CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

3.1 Visão sucinta dos diversos crimes

3.2 A Lei nº 5.479, de 10 de agosto de 1968

4. CRIMES CONTRA OS COSTUMES

4.1 Generalidades

4.2 Espécies de crime

4.3 Disposições Gerais

4.4 Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954

5. CRIMES CONTRA A FAMÍLIA

5.1 Visão panorâmica

5.2 Incesto

5.3 Bigamia

5.4 Adulterio

5.5 Abandono material, intelectual ou moral

5.6 A inseminação artificial

5.7 A Lei nº 5.478, de 25 de julho de 1968

6. CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA

6.1 Generalidades

6.2 Conceito de perigo

6.2.1 Crimes de perigo comum

6.2.1.1 Incêndio

6.2.1.2 Explosão

6.2.1.3 Abuso de radiação

6.2.1.4 Embriaguez ao volante

6.2.1.5 Outras espécies

6.3 Crimes contra os Serviços Públicos

6.3.1 Perigo de Desastre Ferroviário

6.3.2 Outras espécies

6.4 Crimes contra a Saúde Pública

6.4.1 Epidemia

6.4.2 Outras espécies

7. CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA

7.1 Generalidades

7.2 As diversas espécies de crime

8. CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA

8.1 Generalidades

8.2 As diversas espécies de crime

9. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

9.1 Generalidades; conceito de funcionário público

A) CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO

1. Peculato e suas espécies

2. Concussão

3. Corrupção passiva

4. Prevaricação

5. Desobediência à decisão judicial

6. Contrabando ou descaminho (Facilitação)

7. Violência arbitrária

8. Violação de sigilo funcional

9. Violação de sigilo de licitação

10. Outras espécies

B) CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR

1. Resistência

2. Desobediência

3. Desacato

4. Tráfico de influência

5. Corrupção ativa
6. Contrabando ou descaminho
7. Fraude contra o fisco
8. Crimes de sonegação fiscal

C) CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

1. Denúnciação caluniosa
2. Falso testemunho ou falsa perícia
3. Corrupção ativa de testemunha ou perito
4. Coação no curso do processo
5. Publicidade opressiva
6. Fraude à execução
7. Exercício arbitrário das próprias razões
8. Fraude processual
9. Favorecimento pessoal
10. Favorecimento real
11. Exercício arbitrário ou abuso de poder
12. Patrocínio infiel
13. Exercício ilegal da advocacia
14. Exploração de prestígio

10. CONTRAVENÇÕES EM ESPÉCIES

- 10.1 Proteção penal à pessoa
- 10.2 Patrimônio
- 10.3 Incolumidade pública
- 10.4 Paz pública
- 10.5 Organização do trabalho
- 10.6 Costumes
- 10.7 Administração pública

11. CRIMES CONTRA A SEGURANÇA NACIONAL

- 11.1 Visão sucinta
- 11.2 A pena de morte na Lei de Segurança Nacional

12. CRIMES CONTRA A ECONOMIA POPULAR

- 12.1 Visão de conjunto da Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951

13. CRIMES FALIMENTARES

- 13.1 Visão panorâmica do Decreto-Lei nº 7.661, de 21 de julho de 1945

14. CRIMES PREVISTOS NA LEI DE IMPRENSA

- 14.1 Visão sucinta da Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967